



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE JANEIRO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Susana Alexandra Lopes Correia](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e começou por deixar uma mensagem de condolências aos afetados pela depressão *Kristin*, seguindo-se um minuto de silêncio em homenagem às vítimas. Na sequência desta mensagem, usaram da palavra, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente assinalou a presença na galeria diplomática do Presidente do Riksdag da Suécia, Andreas Norlén, e respetiva delegação.

Em interpeleção à Mesa, o Deputado [Mário Amorim Lopes](#) (IL) sublinhou a importância da liberdade da imprensa e dos jornalistas que trabalham na Assembleia da República, considerando que a mesma não pode ser posta em causa e solicitando que o tema fosse discutido futuramente em Conferência de Líderes. Sobre este assunto, intervieram ainda os Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre a suspensão de mandato e respetiva substituição de um Deputado da IL.

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate sobre as prioridades da Presidência cipriota do Conselho da União Europeia, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com a participação da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (Inês Domingos), que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Pedro Correia](#) e [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [João Torres](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Filipa Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [117/XVII/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação de o Estado referenciar os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para atendimento nos setores privado ou social, em caso de esgotamento dos tempos máximos de resposta garantidos e [381/XVII/1.ª](#) (PAN) — Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação de referenciação dos utentes do SNS em caso de incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos e reforça os mecanismos de fiscalização das prestações públicas de saúde realizadas fora do SNS. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Patrícia Nascimento](#) (CH), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Sofia Andrade](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Alves Ambrósio](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Susana Correia](#) (PS), [Miguel Guimarães](#) (PSD) e [Cláudia Estevão](#) (CH).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei

n.ºs [129/XVII/1.ª](#) (PSD) — Procede à sexta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, à quarta alteração ao Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril, à segunda alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, e à primeira alteração ao Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 323-d/2000, de 20 de dezembro, e [375/XVII/1.ª](#) (BE) — Consagra a obrigatoriedade de pagamento de despesas de transporte ou de trasladação por parte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Emanuel Câmara](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Idalina Durães](#) (CH) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Discutiu-se o Decreto-Lei n.º 119/2025, de 13 de novembro, que procede à reconfiguração da Administração do Porto de Lisboa, S. A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A. [Apreciação Parlamentar n.º [3/XVII/1.ª](#) (PS)]. Proferiram intervenções, a diverso título, além do Secretário de Estado das Infraestruturas (Hugo Espírito Santo), os Deputados [André Pinotes Batista](#) (PS), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [Ricardo Moreira](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Francisco Covelinhas Lopes](#) (PSD) e [Carlos Barbosa](#) (CH).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 32 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 14 horas e 59 minutos.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias, por favor.

Pausa.

Srs. Deputados, podem ir-se sentando, faz favor. Já cá temos o Sr. Ministro e a Sr.^a Secretária de Estado, a quem apresento os nossos cumprimentos.

Pausa.

Pedia às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem.

Pausa.

Srs. Deputados, a pontualidade é uma virtude. Portanto, pedia o favor de se sentarem. Já estão aqui o Sr. Ministro e a Sr.^a Secretária de Estado.

Pedia a atenção dos Srs. Deputados, pois queria fazer uma nota antes de começarmos com os nossos trabalhos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, não posso deixar de assinalar a tragédia que hoje o País vive, na sequência da passagem da tempestade Kristin.

Em nome da Assembleia — penso que posso fazê-lo em nome de todos —, quero deixar uma palavra de condolências e solidariedade às famílias das vítimas e a todos os que foram afetados.

Neste momento difícil, importa também reconhecer o esforço de quem está no terreno a prestar apoio e lembrar que o Parlamento acompanha com atenção esta situação.

Pedia 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas desta tragédia.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

O Sr. Ministro também tinha pedido a palavra. Faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, agradeço a possibilidade que me dá, apenas para referir, muito singelamente, que o Governo se associa a este voto de pesar, que foi agora mesmo oralmente expresso pelo Sr. Presidente, e oferece também as condolências e os votos de solidariedade a todas as famílias enlutadas.

O Sr. **Presidente**: — Se algum dos grupos parlamentares também o desejar, concederei 1 minuto a cada grupo parlamentar que deseje pronunciar-se neste sentido.

Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, associar-me na plenitude das palavras que o Sr. Presidente da Assembleia da República aqui nos deixou e, evidentemente, prestar, em primeiro lugar, as nossas sentidas condolências à família das vítimas.

Queria também deixar uma palavra a todos aqueles que não tiveram danos de maior, mas que hoje ainda estão a viver as contingências de uma intempérie como provavelmente não há memória.

Sobretudo nesta altura, queria também deixar uma palavra a todos aqueles que estão no terreno a fazer tudo o que é possível, todos os esforços, para que a situação de normalidade possa voltar a acontecer.

As nossas palavras e os nossos sentimentos estão com as vítimas. A nossa ação, o nosso empenho, estão com aqueles que estão nos terrenos.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, creio que o Sr. Presidente falou por todos nós, é por isso que também é o responsável desta Casa.

Mas também, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, queria enviar um abraço sentido e as maiores condolências aos familiares das vítimas que infelizmente faleceram durante esta tragédia, que é uma tragédia sem precedentes no nosso País.

Tal como fez o Deputado Hugo Soares, queria também louvar o trabalho de todos os agentes de proteção civil, todos aqueles que estão ainda no terreno a trabalhar para proteger famílias, para proteger pessoas e para proteger os nossos bens. Eles também merecem a nossa palavra, o nosso reconhecimento por tudo aquilo que têm feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, pelo Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, naturalmente, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, associo-me a este momento que é de dor para muitas famílias, depois de uma noite e de uma madrugada muito difíceis.

Não posso deixar de subscrever as palavras do Sr. Presidente da Assembleia da República, mas também queria dizer — como eleito pelo distrito de Leiria, fortemente afetado por esta intempérie e pelas consequências nefastas que teve — a todos os atores da proteção civil que este é o momento de estarmos lado a lado no auxílio às vítimas, não apenas nos efeitos patrimoniais, mas em todo o trabalho que há a fazer depois desta intempérie e destes efeitos nefastos sobre a vida e o património de muitos.

O distrito de Leiria é um distrito de gente trabalhadora e resiliente que construiu a sua vida em muitos setores de atividade diferentes, que também vai enfrentar seguramente este momento com toda a valentia, com toda a capacidade e resiliência que tem.

A todo o País, a todos aqueles que sofreram, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista endereça não apenas as condolências, mas aquele ombro que é necessário neste momento para trabalhar em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal subscreve as palavras do Sr. Presidente, as palavras de condolência e de pesar para com as vítimas desta intempérie. Estamos certamente com as suas famílias também, que agora choram as mortes ocorridas.

Sabemos que não é possível evitar um fenómeno da natureza, mas, do nosso lado, temos a dever a responsabilidade de garantir que tudo faremos para que possamos minimizar o impacto que isso tem na vida das pessoas.

Finalmente, queria também deixar uma palavra de agradecimento a todas as forças que estão no terreno a garantir que o impacto não seja maior do que aquele que já foi.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Livre queremos também associar-nos às palavras de condolências que o Sr. Presidente da Assembleia da República trouxe no dia de hoje. Queremos deixar as nossas condolências às vítimas, às famílias das vítimas desta tempestade, desta intempérie, como há muito não víamos em Portugal.

Também queremos deixar um profundo agradecimento a todas as pessoas que estão na rua a minimizar os danos que esta tempestade nos trouxe, desde todos os agentes de proteção civil até aos autarcas, que estão a ter um papel extraordinário na resposta a todos os danos que foram causados; também os cidadãos comuns que têm aqui um papel muito importante no apoio à comunidade, aos vizinhos; a todas estas pessoas que estão no dia de hoje, na rua, a minimizar todo o impacto que a noite de ontem trouxe.

Queremos deixar o nosso profundo agradecimento e desejar que os próximos dias sejam também de profundo respeito e de um trabalho que tem de continuar, porque esta tempestade tem consequências que vão muito mais além do dia de hoje.

Mais uma vez, deixamos as nossas condolências às famílias e às vítimas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, por parte do Grupo Parlamentar do PCP queremos também expressar o nosso pesar pelas vítimas, endereçar as condolências às respetivas famílias, e expressar a nossa solidariedade não só com todas as populações afetadas por esta intempérie como também com todos aqueles que estão a contribuir para o restabelecimento da normalidade, em particular os agentes da proteção civil, os bombeiros, as forças de segurança, os trabalhadores de autarquias.

Não posso deixar de fazer uma referência para a necessidade de, efetivamente, se tomarem todas as medidas, não só para o levantamento dos danos, dos prejuízos, mas também para garantir o apoio necessário a todos aqueles que foram afetados — o restabelecimento da atividade económica, a recuperação dos equipamentos, dos meios públicos, naturalmente, e também o apoio, em particular, às famílias que foram afetadas nas suas habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, associamo-nos também às palavras do Sr. Presidente e, por intermédio de V. Ex.^a, transmitimos o nosso pesar pelas vítimas, transmitimos a nossa solidariedade e as nossas condolências às respetivas famílias.

Transmitimos também uma palavra de estímulo a todos aqueles que neste momento se esforçam para retomar a normalidade, a normalidade das suas vidas, e que tentam minimizar o impacto sobre os seus bens; e também a todas as forças no terreno, em representação de todos nós, porque o fazem em nome do Estado português — quer os agentes de proteção civil quer os autarcas —, para que tenham a força necessária para conseguirem, tão rapidamente quanto possível, ajudar todos a retomar essa normalidade que todos desejamos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, queremos cumprimentá-lo pela oportunidade da apresentação do voto, ao qual nos associamos integralmente.

Manifestamos a nossa solidariedade a todas as pessoas e populações afetadas por esta intempérie. Expressamos o nosso profundo pesar às famílias enlutadas.

É uma situação dramática pela qual nenhum ser humano deve passar.

Queremos saudar, de forma muito calorosa, os agentes da Proteção Civil, forças de segurança, os profissionais das autarquias, do serviço de saúde, pela sua entrega abnegada para responder a esta intempérie o melhor possível, e desejar — creio eu que este desejo é transversal a todas as bancadas — que os apoios cheguem o mais depressa possível e que o restabelecimento das vidas afetadas esta noite seja o mais rápido possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, naturalmente, associo-me às palavras do Sr. Presidente, neste momento de tragédia.

Endereço as sentidas condolências às famílias das pessoas que perderam os seus entes queridos, mas deixava aqui uma palavra muito forte a todos os agentes da proteção civil e de segurança, porque são eles os nossos protetores.

Já vivi casos idênticos de tragédia e, muitas das vezes, o dia seguinte é tão dramático como a ocorrência.

Por isso, deixo aqui uma palavra de apreço às forças de segurança e agentes da proteção civil, porque são eles os nossos protetores e, acima de tudo, são eles que vão garantir a normalidade dos prejuízos que ocorreram sobre estas famílias.

O Sr. **Presidente**: — Antes ainda de entrar na ordem do dia, queria assinalar à Câmara e fazer uma especial saudação ao Sr. Presidente do Parlamento sueco, que está a assistir aos nossos trabalhos, na Tribuna B do Hemiciclo, com a Sr.^a Embaixadora, acompanhado do Sr. Vice-Presidente Marcos Perestrello e da restante delegação, que está hoje aqui também presente a assistir à nossa sessão. Uma saudação especial.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Para uma interpelação à Mesa, sobre o normal funcionamento da Assembleia da República.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não existe!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Existe, existe!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, tivemos conhecimento, esta semana, por um artigo da comunicação social, de que houve um jornalista, ou jornalistas, que, enquanto desempenhavam o seu trabalho na Casa da democracia, foram identificados, sem uma justificação ou algo que, enfim, o justificasse — passe o pleonasma.

Nós, muitas vezes, discordamos do trabalho dos órgãos de comunicação social. Nem sempre gostamos do conteúdo das notícias, e esse é um direito que nos assiste.

A comunicação social, numa democracia liberal e livre, é o quarto poder. Mas isso não significa que devamos impedir a comunicação social de fazer o seu trabalho no coração, na Casa da democracia.

Portanto, gostaríamos de instar o Sr. Presidente a que isto possa ser discutido em Conferência de Líderes, porque a liberdade de imprensa não pode estar nunca, nunca em causa.

Aplausos da IL, do PSD e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Será então tratado na Conferência de Líderes.

Para uma interpelação à Mesa, também, faça favor, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, para o mesmo efeito, é apenas para registar, na sequência do que disse o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, que a notícia que veio a público é particularmente grave.

Noutras circunstâncias, o Parlamento já se viu confrontado — até noutras décadas, devo dizer — nem sempre com as regras,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! O Sócrates era assim!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... conviveu com regras diferentes e nem sempre as mais adequadas, no relacionamento com os jornalistas.

Penso que a Conferência de Líderes tem de se debruçar sobre o tema, mas há uma linha vermelha que não podemos deixar de dizer hoje, aqui mesmo, que é: a liberdade de jornalistas parlamentares trabalharem no Parlamento é algo que é irrenunciável, desde o ponto de vista político.

O Partido Socialista pode discutir regras, mas nunca aquelas que colocarão em causa a liberdade de imprensa em Portugal e, em particular, o acesso dos jornalistas ao trabalho parlamentar e ao escrutínio do trabalho dos Srs. Deputados.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, também tem a palavra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, no mesmo sentido das interpelações anteriores, é apenas para comungar do espírito das intervenções que me antecederam.

Era, de resto, meu propósito, uma vez que o Grupo Parlamentar do PSD, erradamente, é citado nessa notícia como uma possível fonte daquilo que aconteceu, levar o assunto à Conferência de Líderes, que é, de resto, o sítio, o local correto...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... onde este tema devia ser tratado.

Porém, uma vez que os restantes grupos parlamentares quiseram fazer aqui este número, não quero deixar de me associar ao número, dizendo: sempre tudo pela liberdade de imprensa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, com certeza também para pronunciamento sobre a matéria, tem a palavra.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, eu, de facto, não ia fazer uma intervenção,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois, é isso!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Mas já agora...

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... porque o que iria dizer seria no âmbito, aliás, do que foi dito pelo Sr. Deputado Mário Amorim Lopes e pelo Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, mas agora, com o apelidar de «número» que o Sr. Deputado Hugo Soares deu a esta questão — que é altamente importante e muito importante de ser discutida na Conferência de Líderes, mas também que o País saiba que a Assembleia da República está consciente da gravidade desta situação —, não quis deixar de fazer esta intervenção, esta interpelação à Mesa para dizer que, sim, acompanhamos a necessidade de isto ser discutido em Conferência de Líderes.

E, sim, é importante que o País saiba que a Assembleia da República tem consciência da gravidade do que se passou, que o condicionamento dos jornalistas e do seu trabalho no Parlamento não pode acontecer de maneira nenhuma e que o Grupo Parlamentar do Livre está solidário com o trabalho dos jornalistas e que, de facto, temos de discutir esta questão na Conferência de Líderes.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Creio que não haverá um único português que duvide da forma como o Presidente da Assembleia da República defende quer a liberdade de expressão...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — ... quer a liberdade de imprensa.

Se alguma vez fui vítima de alguma coisa, foi por acharem que a minha defesa é excessiva e não restritiva. E, como é óbvio, acompanho que é um tema que deverá ser tratado na Conferência de Líderes, razão pela qual eu também não levantei esse problema aqui no Plenário,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi para as redes sociais!

O Sr. **Presidente**: — ... e, com certeza, teremos a oportunidade de fazer uma conversa, um debate, perfeitamente livre também sobre este tema. Será levado à Conferência de Líderes, como é óbvio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Querem mais seguidores, nas redes sociais!

O Sr. **Presidente**: — Peço agora ao Sr. Secretário da Mesa para fazer o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, dou nota à Câmara de que já se encontram disponíveis, no portal da Assembleia, as iniciativas que deram entrada na Mesa, desde a última sessão.

Temos também para votação um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido da suspensão do mandato requerida pelo Sr. Deputado Miguel Rangel, por motivos ponderosos de natureza pessoal, por um período de 30 dias, com efeitos a partir de 27 de janeiro, inclusive, e até ao dia 25 de fevereiro de 2026, sendo substituído, durante o período, pelo candidato não eleito seguinte, João Nuno Alves Ambrósio Aguiar Monteiro.

Vozes do PSD e da IL: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados de que, por acordo de todos os grupos parlamentares, foi alterada a sequência dos pontos em discussão e, portanto, o primeiro ponto mantém-se, mas entre o segundo e o terceiro foi alterado. O terceiro ponto passou a segundo e o segundo será o terceiro. Não há confusão? Estão todos identificados? Muito bem.

Então, o primeiro ponto da ordem de trabalhos consiste no debate, com a participação do Governo, sobre as prioridades da presidência cipriota do Conselho da União Europeia, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto.

Dou a palavra à Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, para uma intervenção inicial. Dispõe de 5 minutos para o efeito.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus** (Inês Domingos): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A presidência cipriota do Conselho da União Europeia, que começou no passado dia 1 de janeiro, apresentou-se sob um lema que é «uma união autónoma aberta ao mundo».

Este é um lema que nos diz muito, porque denota uma ambição clara, que é construir uma Europa capaz, mais segura, mais justa, preparada para os desafios do nosso tempo e aberta ao resto do mundo.

Foram identificadas e definidas pela presidência cipriota cinco prioridades: reforçar a autonomia em segurança e defesa, promover a competitividade, garantir a abertura ao mundo, consolidar uma união de valores que não deixe ninguém para trás, para além de negociar um orçamento, um quadro financeiro plurianual que assegure a estabilidade das propostas e uma visão estratégica para o futuro.

Todas estas prioridades refletem também a visão em que acreditamos, no contexto geopolítico e económico que estamos atualmente a viver.

Em matéria de segurança e defesa, reconhecemos que a Europa enfrenta ameaças múltiplas, híbridas, ciberataques, tentativas de instabilização, e saudamos a proposta cipriota de reforçar as políticas e a capacidade de resposta e a coordenação entre os Estados-Membros.

Quanto à competitividade, partilhamos a visão de que a transição digital e a transição verde são essenciais para o crescimento sustentável, para reduzir dependências.

Neste caso em concreto, Portugal poderá contribuir com a liderança que tem no âmbito das energias verdes, na aposta que tem feito relativamente à digitalização, incluindo neste Governo, com a criação de um ministério e de uma secretaria de Estado específicos para o tema da digitalização, e o apoio às PME (pequenas e médias empresas), sempre com a ambição de ir mais longe, para facilitar a vida às empresas e reforçar a competitividade do nosso País e da Europa.

No que toca à abertura ao mundo, defendemos a diversificação das cadeias de valor. Aliás, Portugal e o Governo têm sido dos mais vocais defensores dos acordos comerciais da União Europeia com outras regiões.

E, naturalmente, pela vocação atlântica do nosso País e pelos laços que temos com várias regiões, vamos continuar a reforçar a posição europeia, em termos de abertura e capacidade de influência global.

Relativamente aos valores da União, reconhecemos a importância de incluir e sublinhar estes valores sempre em todas as prioridades, nos próximos anos.

Afirmamos aqui, como temos feito sempre, que o Estado de direito, a democracia e a coesão social são inegociáveis e só no firme combate às desigualdades é que conseguimos garantir que a integração europeia serve todas as pessoas.

Por fim, quanto ao orçamento, o Governo continuará a defender um orçamento que defenda as políticas existentes de coesão, a defesa das políticas de agricultura e também com os olhos firmemente postos no futuro, olhando para as novas exigências do mundo em que vivemos, no âmbito da segurança e defesa, das ameaças, das oportunidades que existem na área do digital e na competitividade para as empresas.

Gostava aqui de destacar apenas dois pontos, face à proposta da Comissão. Consideramos que há aspetos que devem ser melhorados, e vou referir três, mas podemos depois falar em mais detalhe.

O primeiro aspeto é considerar as características específicas dos Estados-Membros que têm um rendimento nacional bruto per capita inferior a 90 % da média da União Europeia.

O segundo aspeto, que valorizamos muito e em que temos tido uma intervenção muito significativa, no âmbito da União Europeia, é que haja um reforço, aliás, que haja orçamento específico da União Europeia para as regiões ultraperiféricas — temos feito esse esforço, juntamente com Espanha e França, mas Portugal tem estado especialmente dedicado a esta causa.

E, por fim, queremos que haja condições equitativas para que todos os Estados-Membros — incluindo um Estado-Membro como Portugal, que é mais periférico — tenham capacidade e estejam em pé de igualdade, no acesso ao novo fundo de competitividade que está a ser previsto pela Comissão.

Por isso, continuaremos, na presidência cipriota, a lutar por uma Europa mais competitiva, mais segura e solidária.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Aproveito também para, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, dar a conhecer que estão presentes um grupo de 120 alunos e professores da Escola Secundária da Moita, que estão na respetiva galeria.

Aplausos gerais.

E agora, sim, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Presidência cipriota do Conselho da União Europeia encontra-se em exercício desde 1 de janeiro de 2026, num dos contextos geopolíticos mais complexos, instáveis e imprevisíveis que a União Europeia enfrentou nas últimas décadas.

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia continua a marcar profundamente a agenda europeia, não apenas no plano da segurança, mas também no plano energético, económico e político. Paralelamente, assistimos a uma instabilidade persistente no Médio Oriente, a um agravamento das tensões no Mediterrâneo Oriental e a uma crescente rivalidade estratégica entre as grandes potências, sendo que a ordem internacional baseada em regras se encontra sob forte pressão.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é, pois, neste quadro preocupantemente conhecido que se insere o programa da Presidência cipriota, sintetizado no lema «uma União autónoma, aberta ao mundo». Trata-se de um programa que procura responder, de forma pragmática, a uma questão central: como pode a União Europeia preservar a sua segurança, a sua autonomia de decisão e a sua relevância global num mundo fragmentado e cada vez mais imprevisível?

É, pois, particularmente oportuno refletir sobre as prioridades definidas pelo Chipe e sobre a forma como Portugal está a acompanhar este semestre decisivo.

É nosso entendimento que a primeira prioridade da Presidência cipriota — o reforço da autonomia europeia em matéria de segurança e defesa e preparação estratégica — assume hoje uma centralidade absoluta.

A Europa já não pode partir do pressuposto que a sua segurança está garantida. A guerra na Ucrânia demonstrou a necessidade de reforçar capacidades próprias, de aprofundar a Política Comum de Segurança e Defesa, de investir na indústria europeia de defesa e de melhorar a capacidade de resposta a crises e ameaças híbridas.

Quanto à prioridade «a autonomia através da competitividade», deve ser lida à luz de uma competição geoeconómica cada vez mais intensa.

Uma União aberta ao mundo, mas estrategicamente autónoma, traduz uma opção equilibrada num mundo cada vez mais polarizado. A União Europeia reafirma o seu compromisso com o multilateralismo, com a cooperação internacional e com um comércio baseado em regras, sem abdicar da defesa dos seus interesses estratégicos.

Uma União de valores que não deixe ninguém para trás ganha particular relevância neste contexto de pressão crescente sobre as democracias europeias.

Por fim, a prioridade de um orçamento de longo prazo, para uma União autónoma, constitui um elemento estruturante de todas as restantes. Num contexto geopolítico tão exigente, o próximo quadro financeiro plurianual será decisivo para responder às suas ambições. Sem recursos adequados, a autonomia estratégica europeia corre o risco de parecer limitada.

Concluo com duas observações finais: em primeiro lugar, num contexto geopolítico tão instável e imprevisível, a União Europeia não se pode permitir ter hesitações nem adiamentos prolongados; em segundo lugar, a Presidência cipriota ocorre num momento em que a clareza estratégica, a continuidade política e a capacidade de decisão são absolutamente essenciais para a credibilidade da União Europeia como ator global.

Para Portugal, deverá tratar-se de um momento importante, no sentido de poder contribuir ativamente para a consolidação da autonomia estratégica da Europa, sem abdicar da coesão, da solidariedade e dos valores que estão na base do projeto europeu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Já referi isto noutra sessão: como é óbvio, cada orador escolhe o lugar de onde fala, mas peço que, num debate em que se dirigem perguntas ao Governo, as mesmas não sejam feitas da tribuna, com o Governo de costas para quem pergunta, até em termos daquilo que é o respeito institucional.

Portanto, sem poder, como é óbvio, impedir que isso aconteça, parece-me que o cordial é que, quando se fazem as questões ao Governo, seja de frente para o Governo e, quando se faz uma intervenção de fundo, seja aqui da tribuna.

O Sr. Deputado Paulo Moniz pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, no espírito exatamente da sua intervenção, julgo que há uma interpretação, que foi aquela que fiz, de entender que o enquadramento mais lato e amplo que fiz da minha intervenção é um esteio para a resposta de enquadramento e também para a posição do Governo, face ao que eu disse. Naturalmente, sendo um enquadramento e uma pergunta única, é diverso de nós andarmos pergunta a pergunta ou a elencá-las.

Ou seja, o modo como o Deputado entende colocar a pergunta não é desrespeitoso, porque ela é uma única pergunta, dirigida ao Governo e à Câmara. Coisa diversa seria se eu estivesse a fazer várias perguntas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas isto é pergunta e resposta!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Aí, sim, colheria, do meu ponto de vista, pertinência a observação de V. Ex.^a. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Respeito, mas não concordo.

Portanto, não sei se a Sr.^a Secretária de Estado quer usar da palavra para, precisamente, responder a esta questão mais integrada que o Sr. Deputado fez, embora, segundo o modelo do debate, seja para responder.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Respondo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, Sr.^a Secretária de Estado, tem a palavra.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, vou aproveitar a intervenção do Sr. Deputado Paulo Moniz...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente! A intervenção, não foi pergunta!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — ... e a pergunta geral que fez para elaborar um pouco mais um dos pontos que nos parece crucial — é aí que acho interessante a abordagem da Presidência cipriota —, que é falar numa União autónoma e aberta.

Queria salientar aqui este aspeto — ainda bem que o Sr. Deputado referiu esta questão, na parte final da sua pergunta —, porque, para Portugal, isto é mesmo verdade, no sentido de que uma União mais forte não resulta de fecharmos as fronteiras, seja em termos comerciais, seja em termos de relações a vários níveis, que não sejam apenas comerciais, com outros Estados-Membros.

A diversificação das nossas relações com o resto do mundo, na perspetiva do Governo, é uma forma também de reforçar a segurança e, mais do que isso, reforçar a capacidade de intervenção da Europa no mundo. Por isso é que me parece que vale a pena sublinhar, no lema da Presidência cipriota, o aspeto da Europa aberta ao mundo.

Não quero já esgotar este tema, porque se calhar haverá perguntas sobre isto, mas queria aproveitar para dizer que o Governo, no que diz respeito a este tema, está especialmente satisfeito com a assinatura do acordo que foi feito entre a União Europeia e a Índia, que vai permitir ter um mercado entre democracias, mais precisamente um mercado de livre comércio entre democracias — acho que a Presidente da Comissão Europeia até designou isto como «a mãe de todos os acordos».

Diria que, de facto, é muito relevante compreender que esta visão é, na perspetiva do Governo português, a forma correta de olhar para a segurança: é sermos autónomos, competitivos e termos capacidade industrial.

Mas isso não significa que temos de nos fechar, pelo contrário, significa que temos de conseguir obter parcerias com outras regiões, para, em conjunto, sermos mais fortes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega, tem a palavra, para colocar questões.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado, a semana passada, neste Parlamento, o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros não respondeu a duas questões que consideramos fundamentais sobre o acordo União Europeia-Mercosul (Mercado Comum do Sul), sendo a primeira questão a seguinte: quais as garantias para o cumprimento dos mecanismos de salvaguarda nos setores agroalimentares, considerados sensíveis? São estas salvaguardas vinculativas e permanentes?

Ora, o Sr. Ministro ficou em silêncio, mas o Parlamento Europeu respondeu no dia seguinte, no Plenário em Estrasburgo.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O que é que isso interessa?!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Por iniciativa dos Patriots, com o voto do PPE (Partido Popular Europeu) e do Renew, o acordo foi barrado e enviado para vistoria ao Tribunal de Justiça europeu, imagine, Sr.^a Secretária de Estado, precisamente por causa destas cláusulas de segurança.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Pergunto: depois desta votação, quais os próximos passos do Governo? Ou seja, está o Governo de acordo com a Comissão, que quer avançar com um regime provisório, contornar a decisão do Parlamento Europeu e ignorar o *timing* da decisão do tribunal?

A segunda questão, Sr.^a Secretária de Estado, prendia-se com o seguinte: numa fase em que se prepara o novo quadro financeiro plurianual, em que as verbas da PAC (Política Agrícola Comum) vão ser escassas, a Sr.^a Von der Leyen, não contente com isso, anunciou em Davos, no Fórum Económico Mundial, que a Comissão iria fechar um novo acordo semelhante com a Índia.

Ora, neste acordo, um dos setores nacionais que se prevê que sofrerá maior impacto será o dos têxteis. Por isso, pergunto: quais as garantias que o Governo pode dar para salvaguardar este importante setor económico nacional?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Ainda dentro deste âmbito, a Comissão está a criar algo que quer desenvolver e que supostamente vai aplicar no acordo União Europeia-Índia, que é o chamado EU Talent Pool. É uma plataforma digital destinada a ligar candidatos com empregadores dentro do espaço europeu, incluindo pessoas fora da União. Isto é especialmente preocupante, porque não se distingue entre o trabalho qualificado e não qualificado e porque os trabalhadores, depois, poderão pedir o reagrupamento familiar.

Não é de estranhar que ontem, em Nova Deli, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, tenha afirmado «sou um cidadão indiano a viver no exterior». O que não conseguiu dizer é que é português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não é preciso que ele diga que é português!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Isso preocupa-nos muito, porque pode ser um sinal para abrir, indiscriminadamente, a porta a milhões de imigrantes. Por isso, pergunto se o Governo concorda com este programa EU Talent Pool.

Relativamente à defesa, Sr.^a Secretária de Estado, o Comissário Europeu da Defesa e do Espaço, o Sr. Andrius Kubilius, tem feito declarações sobre a criação de um conselho de segurança europeu. Qual a posição do Governo sobre esta matéria, Sr.^a Secretária de Estado?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rodrigo Taxa, tem a palavra, para formular perguntas ao Governo.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, falamos hoje das prioridades da Presidência cipriota do Conselho da União Europeia e quem nos dera poder saudar o rumo das mesmas. Contudo, para quem leva a sério a democracia e os interesses dos cidadãos portugueses e europeus, alguns pontos tornam-se, no mínimo, preocupantes. Um deles é o compromisso assumido com o chamado EU Defense of Democracy Package, que supostamente visa proteger a resiliência das democracias europeias, mas que prevê o combate à desinformação.

Ora, todos nós sabemos que combater a desinformação pode significar, na realidade, controlar aquilo que deve ou não ser dito e estrangular o próprio debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — A União Europeia, estamos em crer, não foi construída para decidir o que é ou deixa de ser verdade e muito menos para condicionar a liberdade de expressão de quem a integra, ou tentar chamar a si a autoridade para classificar opiniões como incómodas ou ameaças à democracia.

Aliás, julgo que era Churchill que dizia que a liberdade de expressão para algumas pessoas parece ser a capacidade de dizer tudo aquilo que se quer, mas, quando de lá vem uma resposta na mesma medida, aí já não é tolerável, aí já há indignação.

Portanto, é neste mundo que nos encontramos, Sr.^a Secretária de Estado, e aquilo que lhe pergunto — porque é fundamental compreender a resposta do Governo — é se o Governo vai alinhar neste aparente diapasão de controlo da narrativa, consoante dê mais jeito a este ou àquele, ou se vai, com vigor, com firmeza, no interesse superior dos portugueses e dos europeus, impedir que tal aconteça.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Secretária de Estado, para responder.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, muito obrigada, Srs. Deputados Pedro Correia e Rodrigo Taxa, pelas questões que me colocaram e que são, de facto, pertinentes.

Sr. Deputado Pedro Correia, acabei de explicar quais são, na nossa perspetiva, as vantagens dos acordos comerciais em geral. O Sr. Deputado referiu-se, então, a questões específicas do acordo com o Mercosul e do acordo EU-Índia. Começava por lhe dizer que, de facto, é muito triste, lamentável e uma desilusão enorme que Deputados do partido Chega, que estão nos Patriots for Europe, na Europa, tenham, no fundo, criado uma circunstância que vai atrasar a aplicação de um acordo que tem benefícios inegáveis para Portugal.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — E as garantias de salvaguarda para os produtores europeus?!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Os senhores, que tanto defendem o nosso País, sinceramente, fizeram um péssimo favor ao nosso País!

Aplausos do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha o PS a bater palmas! Está ali o Seguro a bater palmas!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Não há a mais pequena sombra de dúvida sobre isto, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É que nós defendemos Portugal!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Com a votação que os senhores...

Protestos do Deputado do CH Pedro Correia.

Sr. Deputado, estou a tentar responder à sua questão, para lhe dizer que não há dúvidas absolutamente nenhuma para ninguém de que os acordos que nós estamos a assinar e que a União Europeia assinou vão ter benefícios concretos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para quem?! Não é verdade!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Em quantos anos?!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — ... para todos os setores de atividade, incluindo a agricultura, incluindo os agricultores. E ambos os acordos têm salvaguardas importantíssimas, como nunca nenhum outro acordo teve.

Portanto, os Srs. Deputados, que tanto defendem o nosso País nas palavras, vou-lhe dizer que, neste caso, nas ações, foram uma enorme desilusão. Mas enfim!

Protestos do Deputado do CH Pedro Correia.

O Sr. Deputado Rodrigo Taxa falou também sobre o escudo europeu da democracia. Sr. Deputado, permita-me que lhe diga uma coisa: as ameaças à integridade da informação, as ameaças que existem à comunicação social... Sobre isto, deixe-me dizer-lhe também uma coisa que é verdade: uma das principais preocupações que existe com este escudo da democracia é a constatação, em vários países europeus, de que a Rússia — por causa de quem a União Europeia, neste momento, tem estado a apoiar a Ucrânia, por causa da invasão ilegal que foi feita pela Rússia à Ucrânia —, que apoia e financia partidos que são irmãos do partido Chega na Europa,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois é! O Patriots for Europe!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — ... tem sido a principal causa de desinformação na Europa.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É essa a resposta que tem para me dar?! Eu não lhe perguntei isso!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Essa desinformação e qualquer tipo de desinformação não são corretos e devem ser combatidos.

Portanto, Sr. Deputado, digo-lhe, com toda a simplicidade e com toda a transparência, que o Governo apoiará as medidas que asseguram a transparência, a verdade das informações. É isto, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para questionar o Governo, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos aqui hoje para discutir as prioridades da Presidência cipriota do Conselho da União Europeia, embora outros grupos parlamentares já tenham trazido aqui à colação matérias que, francamente, têm um outro espaço de debate, na humilde opinião do Partido Socialista.

A Presidência cipriota do Conselho da União Europeia é uma presidência de transição. Com isto quero dizer que, ao contrário de outras presidências, não é expectável que sejam concluídos muitos dossiês do ponto de vista político ou do ponto de vista temático. Mas é uma presidência muito relevante para acelerar a discussão sobre estas matérias, ou sobre algumas destas matérias, designadamente no que diz respeito a uma discussão fundamental, em particular para o nosso País, que se prende com o próximo quadro financeiro plurianual, o designado MFF (Multiannual Financial Framework).

Mas há três prioridades fundamentais desta Presidência e uma delas tem que ver com a autonomia estratégica alargada da União Europeia. Este conceito de autonomia estratégica alargada surgiu fundamentalmente associado a matérias de natureza económica, após a pandemia da covid-19, devido às cadeias logísticas e à centralização cada vez mais unipolar de algumas cadeias logísticas fundamentais para a subsistência dos povos, das comunidades e dos Estados. Isto é, portanto, mais do ponto de vista económico.

Agora, a ideia é alargar cada vez mais este conceito a novas áreas, designadamente a áreas de soberania, muito em particular no que diz respeito à segurança e à defesa da União Europeia. Gostava de obter um comentário, por parte da Sr.^a Secretária de Estado, em relação a este conceito de autonomia estratégica alargada ao domínio da segurança e da defesa, o que é, aliás, consentâneo e diria até crítico, se tivermos em consideração os últimos desenvolvimentos, diria eu, permanentes — nem sempre no melhor sentido — que as diplomacias europeia e internacional têm conhecido ao longo dos últimos tempos.

Uma segunda prioridade fundamental diz respeito ao papel da União Europeia no mundo, e a Presidência cipriota releva o relacionamento com o Mediterrâneo Sul e com o Sul global. Creio que é uma pretensão de todos os europeus e de todas as instituições que a União Europeia tenha uma voz mais ativa no mundo em que vivemos. Gostava, a este propósito, de perguntar à Sr.^a Secretária de Estado que matérias considera prioritárias na relação da União Europeia com outras geografias e que ganhos e benefícios pode trazer esse diálogo, em particular para o nosso País.

Perguntava-lhe ainda, sendo o Chipre um dos principais países com fluxos migratórios e de refugiados, até pela sua óbvia localização geográfica, se Portugal está disponível para rever a sua posição em relação ao acolhimento de refugiados, porque, como é público, no âmbito do Pacto em matéria de Migração e Asilo, Portugal não acolheu sensivelmente 400 refugiados, pagando em contrapartida uma contribuição financeira para esse efeito, o que, do nosso ponto de vista, não deixa o País bem na fotografia da solidariedade, com a qual Portugal deve estar comprometido.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Era recebê-los e deixar de pagar, não?! Não receber e não pagar!

O Sr. **João Torres** (PS): — Por último, há uma terceira prioridade, que tem a ver com o quadro financeiro plurianual, a que já tive a oportunidade de aludir aqui, e que está também relacionada com a dimensão económica da União Europeia.

Já tive a oportunidade de deixar esta questão ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, mas reforço-a aqui: como é que Portugal pretende continuar a defender o alargamento da União Europeia, o investimento em defesa, com as necessidades de coesão que devem ser discutidas no âmbito da União Europeia?

Questionava também a Sr.^a Secretária de Estado sobre de que forma Portugal pretende dar um contributo interno e externo — embora, no âmbito da política europeia, seja política interna, como se sabe — para acelerar a concretização e implementação do relatório Draghi, que tem, aliás, associada a bússola estratégica para o desenvolvimento futuro da União Europeia.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado, para responder.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Torres, muito obrigada pelas suas questões.

Pedi-me um comentário sobre a autonomia estratégica alargada, nomeadamente no âmbito da segurança e defesa. Queria dizer aqui que Portugal tem estado sempre, eu diria, quase na linha da frente deste reforço da autonomia estratégica.

Como sabem muito bem os Srs. Deputados, tem havido um esforço do Governo para participar na maioria dos programas que têm sido propostos pela União Europeia, incluindo o que tem talvez maior dimensão, o programa SAFE (Security Action for Europe). Fomos, aliás, um dos primeiros países cujo projeto foi aprovado.

Por isso, Portugal revê-se nesta posição de uma autonomia estratégica mas aberta da defesa, no sentido de que queremos, obviamente, que estes investimentos na defesa possam ser feitos, idealmente e de forma prioritária, na indústria europeia, mas também reconhecendo que, em certos momentos, isso poderá não ser possível, portanto, terá de haver alguma flexibilidade.

Diria, então, que estamos em consonância com o espírito desta autonomia estratégica aberta, no âmbito da segurança e defesa.

O Sr. Deputado perguntou-me também sobre como é que a União Europeia pode ter uma voz mais ativa no mundo. Acho que aqui há vários elementos. Já falei — com algum entusiasmo, devo dizer — sobre os acordos comerciais, porque é uma área que acho que, de facto, traz imensos benefícios para o nosso País. Aliás, traz tantos benefícios, que os atrasos comprometem alguns: comprometem a criação de emprego, comprometem lucros. Mas, enfim, esperemos que tudo acabe por ser aprovado, como se antecipa.

Há várias áreas em que é possível colaborar, como a área da defesa, sobretudo no âmbito da NATO (North Atlantic Treaty Organization). Portugal tem sido sempre um grande defensor não só do nosso papel, mas também da necessidade de haver também um reforço da cooperação entre os Estados-Membros da União Europeia, no âmbito da NATO.

Há áreas tão relevantes — e hoje tivemos aqui já escolas, e ainda temos, aparentemente, escolas no Parlamento — no âmbito da cultura, da educação, existindo também um esforço da União Europeia para olhar para outros Estados-Membros e para reforçar a capacidade de investigação entre Estados-Membros e outras regiões do mundo.

Uma palavra final sobre este tema para dizer, Sr. Deputado, que Portugal tem sido sempre um grande defensor desta capacidade de a União Europeia estar aberta ao mundo, em particular àquelas regiões que, para nós, são especialmente estratégicas, que são os países de língua portuguesa, mas não só — também regiões fora da Europa, em particular no Atlântico.

O Sr. Deputado perguntou-me sobre as migrações. Como o Sr. Deputado sabe, porque já tive oportunidade de falar aqui sobre isto e penso que o Sr. Ministro da Presidência também, nós concordamos, obviamente, com a implementação do Pacto em matéria de Migração e Asilo, concordamos com a implementação que tem sido feita desse pacto, a nível europeu. A questão que se coloca a Portugal é a forma como o País foi avaliado no que diz respeito à pressão migratória. É essa a questão que temos e é, portanto, essa questão que continuaremos a trabalhar com a Comissão Europeia, para chegar a um acordo que seja satisfatório para toda a gente.

Por fim, o Sr. Deputado falou sobre o quadro financeiro plurianual. Queria deixar aqui muito clara uma questão: Portugal continua a defender, porque é importantíssimo, que políticas como a Política de Coesão e a PAC — que habitualmente até se chamam «as políticas tradicionais», mas eu não gosto de lhes chamar políticas tradicionais, porque são políticas que também podem e estão com olhos postos no futuro — devem continuar a ter um papel de grande relevo no quadro financeiro plurianual. É por isso que, como eu expliquei na minha intervenção inicial, consideramos, em particular no âmbito dessas políticas, que devem ser tidos em consideração os Estados-Membros que têm um rendimento nacional bruto *per capita* inferior a 90 % da média da União Europeia. Portanto, é isso que continuamos a defender.

É certo que olhamos também para outras áreas que são de enorme relevo para Portugal, como a competitividade, e esperamos que seja possível que Portugal concorra com outros países em pé de igualdade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado João Torres pede a palavra para que efeito?

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, é um pedido de interpelação à Mesa, para distribuição de um documento.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A distribuição de documento não é uma figura regimental. Tem de dizer para que efeito.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Já levaste!

O Sr. **João Torres** (PS): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sobre a condução dos trabalhos? Duvido que seja, mas só depois de ouvir é que posso saber.

O Sr. **João Torres** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito telegraficamente — não levarei mais do que 15 segundos —, contrariamente ao que aqui foi afirmado e contrariamente ao que tem vindo a ser afirmado pelo Sr. Ministro da Presidência...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, isso já não é sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Eu gostaria de recordar...

O Sr. **João Torres** (PS): — ... contrariamente ao que mencionei...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado agora vai-me ouvir. Depois, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. Deputado já terá sido informado pela direção da sua bancada que houve um entendimento na Conferência de Líderes para que a utilização da figura da interpelação à Mesa...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz igual ao Eurico! O Eurico faz a mesma coisa!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — ... fosse mais cautelosa e restrita.

Então, eu pedia ao Sr. Deputado que fosse diretamente ao ponto que quer colocar na interpelação à Mesa e se abstivesse de comentar intervenções, porque, no fundo, está a responder a uma intervenção, estendendo o tempo que não utilizou.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado e, concomitantemente com o que mencionei, quero solicitar à Mesa que distribua o *Relatório de Migrações e Asilo* mais recente, que não coloca Portugal como um país em pressão migratória.

Muito obrigado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem, a Mesa assim fará, assim que o Sr. Deputado o faça chegar à Mesa. Ou, então, uma vez que o relatório é público, quem estiver interessado também o pode consultar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, tem a palavra, para fazer perguntas ao Governo.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Presidência cipriota é a última Presidência de um trio — Polónia, Dinamarca e agora Chipre — que se dizia que era dedicado ao tema da soberania e autonomia estratégicas da União Europeia.

Muito se tem falado sobre isto e, nos debates que temos feito aqui, temos falado na autonomia estratégica. Isso é algo no qual a Europa tem sido profícua, do ponto de vista da preparação de documentos e marcação de debates.

Mas é importante também nestes momentos olharmos para aquilo que tem sido realmente feito e também para aquilo que não tem sido feito. Por isso, terei, de facto, de me reportar para um momento triste, mas importante, um sinal importante que a Europa deu ao mundo, na semana passada, quando optou, via Parlamento Europeu, por enviar o Tratado Mercosul para o Tribunal de Justiça da União Europeia.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Este sinal, no momento em que a Europa anda a bater com as mãos no peito e a dizer ao mundo que agora se vai afirmar e vai, finalmente, tornar-se imune a pressões externas; no momento em que ia, finalmente, pôr em prática um tratado que iria abrir um enorme espaço de livre comércio com o continente sul-americano, acaba por, outra vez, morrer na praia, como morreu tantas vezes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Bem lembrado!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Na mesma altura em que concluímos um tratado de livre comércio com a Índia que nos permite contrariar a influência chinesa, poderíamos estar a contrariar a influência norte-americana, que pode, muitas vezes, ser uma ameaça para a União Europeia, poderíamos estar a contrariá-la no continente sul-americano e não o estamos a fazer, porque os mesmos interesses de sempre, independentemente daquilo que acontecer, independentemente das ameaças que enfrentamos, acabam sempre por prevalecer na nossa União.

Esse foi um péssimo sinal que Eurodeputados, de todos os grupos aqui representados, sem exceção, deram no Parlamento Europeu e temos de ser honestos a reconhecê-lo e não tenho medo de o reconhecer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não têm lá o Cotrim?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, sabendo que o Governo, e muito bem, seguiu a tradição portuguesa de manter a sua posição de apoio a este tratado, gostaria de saber quais são os passos que se seguem, do ponto de vista do Governo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Relativamente à Presidência cipriota, os documentos estratégicos da Presidência cipriota repetem muito daquilo que tem sido dito pelas Presidências anteriores, não vale a pena

mascarar isto. Mas podemos olhar para alguns elementos que vão variando e registamos, de facto, como já foi aqui referido, o grande enfoque na questão da segurança marítima e numa revisão da estratégia de segurança marítima europeia.

De facto, a União Europeia não tem produzido muito neste âmbito, e agora, num momento em que vários pontos essenciais do comércio internacional estão a ser ameaçados por diversas ameaças — passando o pleonasma —, dá-se importância à segurança marítima. No entanto, fazendo uma pesquisa da palavra «atlântico» nesse mesmo documento da Presidência cipriota, todas as menções que são feitas referem-se sempre às relações transatlânticas.

Ora, para a União Europeia, o Atlântico tem de ser muito mais do que as relações transatlânticas e Portugal é um dos principais responsáveis por trazer para a discussão na União Europeia uma nova visão para o atlântico, uma nova visão de liderança para o atlântico.

Por isso, queria ouvir por parte do Governo português quais são as ações que está a tomar para assegurar que a União Europeia assume uma outra postura, não passiva, mas ativa no Oceano Atlântico, que, neste momento, está a ser palco de vários conflitos em potência.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Teixeira, sobre os próximos passos no que diz respeito ao Acordo Mercosul, o que se passou no Parlamento Europeu foi que, por uma escassíssima maioria — penso que foram 11 Eurodeputados, se a memória não me falha foram 11 —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Cotrim não estava lá, andava em campanha!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — ... o Parlamento Europeu decidiu remeter o acordo para o Tribunal de Justiça para avaliar do respeito pelos tratados.

A expectativa do Governo e a expectativa da Comissão Europeia é a de que o resultado dessa avaliação será a de que o acordo respeita plenamente os tratados, mas o que isto faz é atrasar a possibilidade de o Parlamento Europeu se pronunciar sobre o acordo entre 18 meses a 2 anos.

Entretanto, do lado dos nossos parceiros, embora ainda não seja o caso, a partir do momento em que alguns dos nossos parceiros do Mercosul aprovem eles próprios o tratado, e basta um, é possível à Comissão Europeia pedir a aplicação provisória do acordo enquanto se aguarda o parecer do Tribunal de Justiça da União Europeia, que será depois, seguramente, positivo.

Por isso, é destes passos que agora estamos a aguardar, mas o que isto significa é que esta decisão do Parlamento Europeu atrasou o processo de decisão entre 18 meses a 2 anos e tudo isto é, na nossa perspetiva, infelizmente, lucro que se perde, empregos que não se criam...

Enfim, esperemos que tudo decorra como previsto e que seja possível chegar a bom porto deste acordo.

Vozes do CH: — E a cláusula de salvaguarda! Disso é que não fala!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — O Sr. Deputado falou também sobre a segurança marítima e esse é um tema muito interessante, porque Portugal tem sido um grande defensor, em particular, das rotas marítimas e tem participado em várias iniciativas e missões na defesa dessas rotas marítimas.

Portanto, este é um tema que interessa sempre muito — aliás, o próprio Primeiro-Ministro tem sido sempre muito vocal neste tema e até me recorde que no ano passado, no final do Conselho Europeu, fez referência a essa questão na comunicação à imprensa. Este é, pois, um tema que estamos a acompanhar de perto e é um tema que nos interessa, obviamente, muito.

No que respeita às relações transatlânticas, como o Sr. Deputado bem sabe — e referiu-o aqui —, Portugal é e tem sido sempre um defensor de relações, não só com os países do Atlântico Norte, mas também do

Atlântico Sul e isso é visível — e vou-lhe dar um exemplo, porque isto é difícil de referir tudo — na capacidade que temos de influenciar, ou de recomendar, ou de apoiar o serviço externo da União Europeia.

Estamos constantemente a fazê-lo, por forma a assegurar que as relações transatlânticas tenham enfoque nesses países que são do interesse estratégico para Portugal e são do interesse estratégico para a Europa como um todo, daí a nossa posição de sermos uma voz muito ativa na defesa desta abertura em todas as frentes, de Portugal e ao resto do mundo, e, em particular, aos países do Atlântico Sul e do Atlântico Norte.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o mundo está a mudar. A ordem internacional, baseada em regras e cooperação, está sob ataque cerrado. A Presidência cipriota do Conselho da União Europeia chega num momento decisivo de necessidade de articulação entre autonomia estratégica e abertura económica e geopolítica.

De Davos chegou-nos também uma mensagem clara através dos discursos do Primeiro-Ministro canadiano e do Presidente francês, por um lado, e do Presidente dos Estados Unidos da América, por outro, que por motivos diferentes nos levam à conclusão de que dificilmente voltaremos à ordem internacional que conhecíamos desde o fim da II Guerra Mundial.

A rotura em curso no contexto geopolítico tem sido protagonizada por líderes imperialistas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — No Irão!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — ... que preferem a violência à tolerância, a repressão ao diálogo, a sede de domínio à liberdade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — No Irão!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Perante este cenário impõem-se várias questões e desafios à União Europeia: como podemos reforçar a autonomia estratégica de defesa europeia? Qual deve ser o papel de Portugal nesse âmbito? Não é já tempo de falar sobre a criação de uma Comunidade Europeia de Defesa? O Comissário Europeu da Defesa e do Espaço, Andrius Kubilius, reconheceu essa mesma necessidade recentemente e o Livre tem-na defendido nos últimos anos.

Mas falar de defesa, segurança e autonomia estratégica no contexto geopolítico atual não é falar apenas de exércitos e armamento; é reconhecer também a necessidade de aumentar a capacidade de adaptação a fenómenos meteorológicos extremos, como vimos esta madrugada, é falar de soberania alimentar e da necessidade de combater uma das maiores ameaças às democracias: a desinformação.

No Dia Internacional da Proteção de Dados precisamos de olhar para a forma como os dados das pessoas estão a ser usados como armas para manipular e dividir as populações.

A desinformação tem sido usada pela extrema-direita como arma geopolítica — aliás, a desinformação na primeira volta das eleições presidenciais em Portugal...

Risos do CH.

... teve um alcance recorde e foi protagonizada em larga medida precisamente pela extrema-direita.

Protestos do CH.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Vota no Manuel João Vieira!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Os mecanismos de combate à desinformação de que as democracias europeias precisam para se defender têm, necessariamente, de ser desenvolvidos no quadro da União Europeia e esperamos que Portugal contribua para eles, Sr.^a Secretária de Estado.

Protestos do CH.

Olhemos para o tempo em que vivemos e saibamos encarar os desafios que temos pela frente, seja protegendo os nossos cidadãos das ameaças digitais, seja defendendo o respeito pela ordem e direito internacional.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vota Manuel João Vieira!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, sobre o tema da desinformação deixe-me começar por dizer que a desinformação vem de muitos quadrantes...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Quiseste ir à lâ, saíste tosquiada!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Assuntos Europeus**: — ... e todos eles são muito preocupantes. Nós condenamos a desinformação, o Governo procura sempre assegurar que a informação é correta, que a informação é verdadeira e isso é verdade venha de onde vier a fonte da desinformação.

Sobre a autonomia estratégica, a Sr.^a Deputada perguntou qual é o papel de Portugal nesta tentativa de reforçar a autonomia estratégica da União Europeia e, em particular, referiu-se à possibilidade que tem sido por vezes aludida, de um reforço ainda maior da cooperação entre as defesas dos Estados-Membros e, em particular, uma União Europeia de Defesa.

Eu, a este respeito, gostava de dizer, sem prejuízo de continuarmos sempre a avaliar os riscos e a situação atual, que me parece que o mais importante, neste momento, é assegurar aqueles instrumentos que já temos, incluindo instrumentos como o SAFE, que permitem uma muito maior coordenação entre os Estados-Membros no âmbito da defesa e segurança, e os mecanismos que existem no âmbito da segurança e da proteção civil — e já existe um mecanismo europeu de proteção civil — e Portugal tem sido um defensor de tudo o que seja possível no sentido de reforçar a coordenação dos Estados-Membros dentro desses mecanismos.

Estas são medidas muito positivas para aumentar a resiliência das nossas regiões, do nosso País e do resto da União Europeia.

Portanto, seremos sempre defensores deste tipo de medidas que reforçam a coordenação, com pleno respeito, devo dizer-lhe, pelas competências dos Estados-Membros nestas matérias que são relevantes, que são muito importantes e que também são questões de soberania.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não é verdade que as prioridades da Presidência cipriota não deixem ninguém para trás; tudo gira em torno do tal mercado, desconsiderando as condições de vida dos povos e os direitos.

Mais uma vez, a Presidência deixa de fora das prioridades os problemas dos povos e, mais uma vez, a prioridade é o aprofundamento das políticas de favorecimento dos grandes interesses, o militarismo e a

guerra, enquanto os problemas que afetam os povos, a pobreza, os elevados custos de vida, as dificuldades no acesso à habitação, ficam sem resposta.

Insiste na continuação da corrida aos armamentos, através de conceitos como autonomia estratégica para prolongar a guerra, nomeadamente na Ucrânia, ao invés de se empenhar seriamente numa solução pacífica que ponha termo a este conflito que já causou tanto sofrimento e destruição.

Insiste no aprofundamento do Mercado Único, na chamada União dos Mercados de Capitais e na União das Poupanças e dos Investimentos, que constituem um saque aos trabalhadores, às suas poupanças e pensões, colocando-as na roleta da especulação.

Falam de simplificação, mas mais não é do que desregulamentação e uma via verde para as grandes empresas; falam em dar um novo impulso às negociações no âmbito do quadro financeiro plurianual, mas a partir de uma proposta prejudicial para as políticas de coesão e de apoio aos setores produtivos, reduzindo o peso destas rubricas de 65 % no atual quadro financeiro plurianual para 45 %, como consta na proposta do próximo, o que pode corresponder a cortes superiores a 10 % na coesão e na agricultura.

Resta saber, com clareza, como se vai posicionar o Governo. Vai dar a sua anuência a uma proposta prejudicial para Portugal? Ou vai defender o nosso País e o nosso povo? Ou, como fez no Acordo União Europeia-Mercosul, vai, efetivamente, mais uma vez, tomar uma posição que prejudica o nosso País e o nosso desenvolvimento?

Apesar de se recusar a reconhecê-lo, este Acordo Mercosul é extremamente negativo para Portugal, ao possibilitar a importação de produtos com custos de produção inferiores aos do nosso País, o que vai colocar em risco pequenas e médias explorações agrícolas, a agricultura familiar, fragiliza os rendimentos dos agricultores, acelera o abandono da atividade e aprofunda a dependência alimentar do nosso País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, eu, enfim, hesito em dizer, porque acho que já o referi aqui algumas vezes, mas vou, ainda assim, dizer-lhe que um dos principais fatores de redução da pobreza no mundo, desde o final dos anos 80, foi, sem a mais pequena sombra de dúvida, a integração de várias regiões no comércio internacional.

Portanto, a melhor política para reduzir a pobreza — a pobreza em várias regiões, em vários países e em Portugal — é assegurar que temos uma economia dinâmica e competitiva. Tudo o que sejam políticas da União Europeia que permitam reduzir os custos burocráticos, facilitar a vida às empresas para poderem criar emprego, para poderem investir mais e melhor, para poderem investir em tecnologias do futuro, tudo isso serão coisas que o Governo irá aprovar. E aprova, não só porque gera lucro, mas porque gera emprego, porque gera contribuições para a segurança social e porque reduz a pobreza, Sr.^a Deputada. Talvez seja esta ligação que os Srs. Deputados teimam em não compreender, ou não compreendem, não sei porquê.

Já sobre a Ucrânia, diz a Sr.^a Deputada que a Presidência cipriota quer prolongar a guerra e não quer a paz.

Sr.^a Deputada, eu também já lhe disse isto daqui: essa posição é, para mim, incompreensível. A Rússia é um agressor, a Rússia agrediu ilegalmente um outro Estado, matou milhares de pessoas, milhares de cidadãos,...

Aplausos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

... e, Sr.^a Deputada, neste momento, atacou de tal forma as infraestruturas energéticas, que as pessoas que vivem com graus negativos não têm sequer energia para estar quentes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Portanto, Sr.^a Deputada, tenho imensa pena, mas a forma como põe as questões,...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

... ouça, não é uma forma que seja compatível sequer com o humanismo que é devido à situação que os ucranianos estão a viver.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não ia começar por aqui, mas tenho de o fazer. A Sr.^a Secretária de Estado esteve muito bem agora, quando reiterou a posição de Portugal, que já vem do Governo anterior e que, portanto, não é sequer exclusiva deste, porque significa o sentimento de um povo que sabe perfeitamente o que está em causa.

E nós, ainda hoje, neste Parlamento, recebemos os embaixadores dos países bálticos e dos países nórdicos, que reiteraram exatamente aquilo que a Sr.^a Secretária de Estado aqui disse.

É preciso viver completamente fora da realidade e não ter o mínimo de respeito pelo humanismo, para não perceber o que é que, neste momento, quer os países bálticos quer os países nórdicos sofrem com a ameaça russa, sabendo que aquilo que aconteceu na Ucrânia pode, de hoje para amanhã, acontecer com os seus países.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E sabem perfeitamente que se há coisa que é necessário acontecer, é que esta autonomia estratégica da União Europeia permita duas coisas.

Por um lado, reforçar a nossa capacidade para, como a Sr.^a Secretária de Estado acabou de dizer, não dependermos energeticamente de um inimigo. Aquilo que aconteceu foi que parte da Europa ficou numa situação de subaquecimento, subfornecimento de energia, exatamente porque as opções, no passado, foram erradas, de pôr fora do contexto europeu aquilo que é essencial e estratégico para nós.

Mas isso também existe no lado da defesa e a nossa autonomia é tão mais importante quanto nós a consigamos conciliar com a nossa aliança estratégica de sempre, que é a Aliança Atlântica.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, queria dizer, voltando às prioridades da Presidência cipriota, que é muito importante que a primeira seja exatamente a autonomia através da segurança e da defesa.

E quero reiterar que Portugal foi o primeiro país a ver aprovada a sua proposta relativa ao SAFE, ou seja, nós estamos na linha da frente de um reequipamento necessário para a nossa proteção, mas também para que consigamos, no âmbito dos compromissos que assumimos na NATO, fazer com que o pilar europeu seja mais forte.

Não podemos ter a ideia de que reequilibrar forças no âmbito da NATO se faz com discursos. Temos de ser capazes de provar duas coisas: por um lado, que temos capacidade de investir; por outro lado, que temos capacidade de ser coesos. E isso também foi especialmente relevante no que aconteceu recentemente na Gronelândia. Foi essa capacidade de a Europa mostrar coesão que permitiu um equilíbrio.

Por isso é que eu pergunto: esta autonomia estratégica, do ponto de vista económico, mas também do ponto de vista militar, é ou não essencial para que a Europa tenha um papel mais importante do ponto de vista de...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Secretária de Estado, tem a palavra, para responder.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, para responder desde já à sua questão, é de facto crucial que a União Europeia tenha uma palavra a dizer, eu diria que até em vários aspetos.

Se conseguirmos ter uma indústria de defesa mais forte, se conseguirmos fazer mais acordos em vários âmbitos, com vários Estados e com várias regiões, o facto é que conseguimos também influenciar, ou fazer valer, os nossos *standards*, sejam *standards* de produção, sejam *standards* ambientais, junto das outras regiões.

Portanto, isto tem uma dimensão que ultrapassa a dimensão económica. As relações com o resto do mundo têm uma dimensão obviamente económica, têm uma consequência obviamente no âmbito da defesa e têm um impacto na capacidade da União Europeia de projetar os seus valores. E isso também é muito importante, é um efeito talvez não tão direto, mas que é igualmente relevante para a capacidade que temos de fazer face aos desafios que enfrentamos.

Por isso, para responder à sua pergunta, sim, nós consideramos que é essencial para a Europa.

Queria aproveitar aqui, porque o Sr. Deputado falou sobre a energia, para referir ainda que o tema das interligações elétricas tem estado sempre na mente do Governo, aliás, também nessa perspetiva da maior resiliência, porque Portugal tem liderado em particular nas energias verdes. Sabemos também que existe uma dificuldade na exportação dessa energia para o resto da Europa e consideramos que a iniciativa da Comissão Europeia de reforçar, em particular, as interligações elétricas, mas não só, é da maior importância para Portugal e para toda a União Europeia.

Este tema da União, de criar uma verdadeira União da Energia é um tema em que o Governo e o Primeiro-Ministro têm estado muito empenhados junto da União Europeia, junto dos nossos parceiros, para fazer entender que, de facto, existem vantagens muito grandes em criar uma União da Energia, porque assim conseguiremos todos ter preços mais baixos e reduzir as nossas dependências estratégicas, incluindo da Rússia, que, de facto, é uma situação muito complicada, em especial para os Estados-Membros que estão na fronteira leste.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, a Presidência cipriota identifica a necessidade da promoção da autonomia estratégica da Europa, o compromisso com a Carta das Nações Unidas, a defesa do direito internacional, que a Sr.^a Secretária de Estado, neste debate, diz subscrever.

Não se percebe, no entanto, porque é que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, tenha feito uma declaração em que assume a possibilidade de o Estado português integrar o Conselho da Paz proposto por Donald Trump, caso ele se cinja a Gaza.

Porque, Sr.^a Secretária de Estado, não há nada mais contraditório com a defesa da autonomia estratégica da Europa, do direito internacional e da Carta das Nações Unidas do que admitir pertencer a um clube privado, do qual Donald Trump, individualmente considerado, é presidente vitalício, no qual se pode comprar um lugar permanente por mil milhões de dólares, no qual o atual Presidente dos Estados Unidos determina todas as regras, que é considerado pelas instituições europeias um desafio às Nações Unidas e a que os Estados alemão, francês, espanhol e tantos outros já deixaram claro que não pertencerão.

Portanto, na senda das ameaças à Gronelândia, não se entende porque é que o Estado português destoa na necessária autonomia estratégica europeia, na defesa do direito internacional, da Carta das Nações Unidas e na necessária unidade europeia, tantas vezes aqui saudada.

Porque é que a diplomacia portuguesa decidiu destoar das democracias europeias, admitindo a possibilidade de se sentar ao lado de líderes procurados pela justiça internacional, como Putin e Netanyahu, em vez de se juntar ao coro das democracias?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Secretária de Estado, tem a palavra para responder.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, queria, talvez clarificar, porque penso que poderá não ter entendido bem os propósitos do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros,...

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

... pelo que queria clarificar esta situação.

O Board of Peace, que é a proposta que foi feita pelo Presidente Trump, levanta-nos algumas dúvidas que, em particular, se colocam se for um instrumento que for muito para além do conflito em Gaza.

Portanto, a questão que o Sr. Ministro coloca — e isto, sempre em coordenação com os restantes Estados-Membros — é saber se, dentro de um quadro de inteiro respeito pelas Nações Unidas, que está fora de questão, um instrumento desta natureza pode ajudar concretamente ao conflito em causa.

Nesse caso, se a avaliação que for feita — porque ainda há muita coisa para saber — é que um instrumento desta natureza pode contribuir para ajudar numa situação muito específica e concreta que respeite a Carta das Nações Unidas, que seja em coordenação com os restantes Estados-Membros, nesse caso Portugal ponderará a sua posição. É tão só isto, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foi muito esclarecedor! Foi pensado e refletido!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala do Irão!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Ministro, em relação ainda a Donald Trump, não deixamos de ter presente que a hostilização que o mesmo tem tido para com a União Europeia deve alertar todos os decisores políticos para a importância não só da autonomia comercial e económica, mas também em matéria de defesa.

Nesse sentido, os acordos recentes, como o acordo UE-Mercosul e o acordo UE-Índia, não deixando de ser importantes, também não são isentos de crítica, como é o caso do acordo com o Mercosul, precisamente por causa das questões ambientais, mas também pela proteção dos agricultores.

A questão — até porque esta matéria já tem sido amplamente discutida — que não posso deixar de referir hoje prende-se também com o sucesso que Donald Trump tem tido na hostilização à União Europeia, a nível comercial, bem como as políticas autoritárias, xenófobas, racistas que este defende, que também têm tido eco e acolhimento em Portugal e na Europa.

No ano passado, foi desmantelado o Movimento Armilar Lusitano, que enquadrava também, nas suas discussões, ataques à Assembleia da República.

Nas últimas semanas, tivemos denúncias de tortura a imigrantes em esquadras da PSP (Policia de Segurança Pública), tivemos buscas e apreensões no âmbito de uma investigação de um grupo neonazi, o 1143.

Nesse sentido, e porque para a Presidência cipriota do Conselho da União é destacado o combate ao terrorismo e também ao extremismo violento como uma das suas principais prioridades, gostava de saber o que é que vai ser feito, nomeadamente a nível europeu, para que sejam tomadas medidas de combate a este extremismo e apoiar os Estados-Membros — Portugal, infelizmente, não é isento — para estancar estes movimentos violentos da extrema-direita, tanto a nível nacional como a nível europeu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E ninguém fala do Irão, onde as mulheres são abatidas! Porquê?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Secretária de Estado, tem a palavra, para responder.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, colocou muitas questões e eu vou começar pela questão que referiu sobre o Acordo Mercosul ter questões ambientais.

Tenho de dizer que discordo de si, porque uma das enormes vantagens do acordo Mercosul e do acordo com a Índia é precisamente essa: permite que as relações comerciais entre as regiões sejam baseadas nas regras que a União Europeia estabelece, incluindo regras ambientais. Portanto, isto vai melhorar as regras ambientais. De facto, é o contrário daquilo que a Sr.^a Deputada diz. Mas enfim, fica para uma reflexão futura um aprofundamento deste tema, se desejar.

No que diz respeito à posição do Estado português quanto às ameaças contra a democracia, Portugal participa neste esforço geral europeu de combate a todas as ameaças, de todos os quadrantes, à democracia e à manipulação da informação, seja ela interna seja ela externa.

O que estamos a fazer é contribuir ativamente para o tal escudo da democracia, que inclui, em particular, um centro, que vai servir para coordenar informações, para coordenar as políticas dos Estados-Membros e que vai permitir ter uma resposta mais alargada a ameaças que, por vezes, ultrapassam as fronteiras nacionais. É isso que vamos continuar a fazer, é isso que a União Europeia está a fazer e é para isso que Portugal contribui.

Deixo uma última palavra para dizer que, muito embora haja linhas vermelhas que não podemos ultrapassar, também é verdade que Portugal terá sempre uma relação construtiva e positiva com os Estados Unidos da América.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, debatemos hoje as prioridades da Presidência cipriota no Conselho da União Europeia e é importante dizer com clareza que a Europa não pode ser um conceito distante, burocrático ou abstrato, tem de ser uma solução concreta para os problemas reais que afetam as pessoas.

As democracias europeias não podem continuar adormecidas. Na verdade, falamos de coesão, falamos de solidariedade, mas essas palavras só fazem sentido se chegarem, realmente, às regiões ultraperiféricas.

O custo de vida continua elevado, a mobilidade é limitada, os transportes e a energia pesam mais no bolso de quem vive numa ilha, e a Presidência cipriota, que conhece bem os desafios da periferia europeia, tem aqui uma grande oportunidade para não deixar ninguém para trás.

A União Europeia só será forte se for justa e só será justa se ouvir os territórios, as ilhas e as populações que, muitas vezes, ficam longe e fora das decisões. É isso que esperamos desta Presidência e é isso que espero, muito sinceramente, do Governo português.

Por isso deixava uma única questão, Sr.^a Secretária de Estado: que medidas ou que compromissos concretos está o Governo a defender na União Europeia para compensar os sobrecustos permanentes das regiões ultraperiféricas, como o custo de vida, a mobilidade, o setor primário e a energia.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, tem a palavra para responder.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Deputado, agradeço a sua pergunta.

O Governo tem estado muito empenhado na defesa das regiões ultraperiféricas. Posso dizer-lhe que o Primeiro-Ministro, no final de novembro, escreveu até uma carta à Presidente da Comissão Europeia a alertar para a situação de, no quadro financeiro plurianual, não haver verbas específicas de toda a União Europeia para as regiões ultraperiféricas.

O quadro financeiro plurianual o que faz, nesta fase, é dizer aos Estados-Membros que devem contemplar nos seus pacotes nacionais as regiões ultraperiféricas, mas Portugal considera que isto é uma questão que ultrapassa os Estados-Membros onde estão as regiões ultraperiféricas e, portanto, consideramos que é um dever de toda a União Europeia. Temos sido muito vocais e constantemente alertamos para esta situação.

Eu queria acrescentar às palavras do Sr. Deputado sobre a existência de sobrecustos que existem também, e muitas, oportunidades estratégicas das regiões ultraperiféricas para a União Europeia. É isso também que queremos fazer valer e queremos que os restantes Estados-Membros da União Europeia compreendam bem: as oportunidades estratégicas que estas regiões apresentam para toda a União Europeia.

Portanto, o apoio que possa ser dado a estas regiões, mais do que compensar um custo, que também compensa, é o investimento no nosso futuro estratégico, incluindo na defesa dos nossos valores,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — ... porque muitas destas regiões se encontram muito longe e em regiões onde o Estado de direito não será tão defendido como é no caso da União Europeia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos, assim, ao fim deste ponto da ordem do dia e passamos ao seguinte, para discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 117/XVII/1.^a (CH) — Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação de o Estado referenciar os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para atendimento nos setores privado ou social, em caso de esgotamento dos tempos máximos de resposta garantidos e 381/XVII/1.^a (PAN) — Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação de referenciação dos utentes do SNS em caso de incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos e reforça os mecanismos de fiscalização das prestações públicas de saúde realizadas fora do SNS.

Para iniciar o debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Nascimento, do Chega.

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje não vos peço um voto nem de direita nem de esquerda, peço-vos um voto constitucional para os que acham que esta proposta é uma ameaça ao Serviço Nacional de Saúde da forma como ele se encontra.

A Constituição é clara: todos temos direito à proteção da saúde, e esse direito concretiza-se através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral, tendencialmente também gratuito. Peço-vos um voto favorável com o doente no centro deste debate.

Este discurso não pretende alimentar trincheiras. É um desafio aos diversos partidos aqui representados para mostrarem qual é o seu foco político neste debate. Esta proposta é muito clara e diz também outra coisa muito decisiva: todos os cidadãos têm a mesma dignidade e são iguais perante a lei, ninguém pode ficar prejudicado por situações económicas.

Agora, peço-vos que olhemos para a realidade do nosso País, para a realidade da saúde em Portugal e do SNS, quando temos falta de profissionais que garantam o acesso a cuidados a tempo, quando há listas de espera que se arrastam, quando há consultas e cirurgias fora de tempo, quando há pessoas a sofrer por falta de acompanhamento médico.

Temos, ainda, outro dado também muito importante, que é necessário trazer para este debate e que devia pesar: cerca de 3,7 a 4 milhões de pessoas já têm um seguro de saúde em Portugal, ou seja, milhões de portugueses pagam duas vezes, primeiro nos impostos para financiar o SNS e depois pagam para comprar o acesso a tempo e horas. Este dado não é um mero capricho, porque quando falamos que 54 % dos segurados

usam efetivamente este seguro, isto é um sinal claro de procura real dos cuidados fora do circuito público do nosso SNS.

Portanto, não é o Chega que quer um Serviço Nacional de Saúde privado. Foram os Governos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata que empurraram as pessoas para o privado e para a dependência dele.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — O privado não pode ser um bicho-papão neste debate, até porque o SNS sempre dependeu do privado nas suas funções mais básicas, como a limpeza, como os meios complementares de diagnóstico, como a própria lavandaria dos hospitais.

Com o doente no centro deste debate, sempre no centro — porque o trabalho político deve ser feito para as pessoas, com discursos realistas do estado da saúde e dos problemas do País —, as ideologias do público e do privado deveriam desaparecer, porque a responsabilidade do Estado não desaparece com esta alteração à Lei de Bases da Saúde. A responsabilidade continua quando existe a responsabilidade de referenciar e garantir o tempo máximo de resposta garantido.

E com o doente no centro deste debate, o Estado tem de acionar a capacidade existente, quer no social, quer no privado, com regras de fiscalização, para que quem não consegue pagar um seguro não fique condenado a esperar mais do que os outros.

Há, ainda, um ponto que devia unir todas as bancadas neste Hemiciclo. A Administração Pública existe para os interesses públicos, respeitando os direitos dos cidadãos, e deve atuar com igualdade, proporcionalidade, justiça, imparcialidade e, sobretudo, boa-fé.

E deixem-me dizer isto aos partidos mais à esquerda: esta medida é especialmente importante para quem tem menos, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Para quem diz que o partido Chega não tem propostas, aqui têm mais uma. Trazemos hoje a esta Casa um projeto de lei para melhorar a vida das pessoas, nomeadamente no acesso e no direito atempado à saúde.

Alguém dizia num debate, ontem, «tem de se resolver», e é isto que o partido Chega pretende fazer na saúde e em tantas outras áreas. Estes problemas de 50 anos foram criados, ampliados, mas nunca resolvidos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, do PSD.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada do Chega, estamos de acordo, o tempo não para...

Vozes do CH: — Patrícia Nascimento!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr.^a Deputada Patrícia Nascimento, peço desculpa.

Dizia eu, estamos de acordo, o tempo não para e, quando se trata da saúde e da vida dos portugueses, não há mesmo tempo a perder.

O Chega apresenta hoje uma proposta para encaminhar doentes para o setor social e privado quando os tempos máximos de resposta garantidos são ultrapassados, e a proposta tem mérito, têm boas intenções, mas, Sr.^a Deputada, vem dramaticamente atrasada no tempo.

Enquanto o Chega e a oposição perderam meses a criticar com uma crítica precipitada o Plano de Emergência e Transformação na Saúde, o Governo fez o que lhe competia: governou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — E é, no mínimo, irónico ver que os senhores, que tanto criticaram este plano, venham agora apresentar uma proposta que vai responder exatamente àquilo que esse instrumento vai responder: uma saúde a tempo e horas para todos, sem ficarmos reféns dos complexos ideológicos a que a maioria de esquerda nos infligiu e que levaram a listas de espera recorde.

E sim, falo do SINACC (Sistema Nacional de Acesso a Consulta e Cirurgia), que vem substituir o SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia), que vem colocar o doente no centro, procurando que o setor social e privado responda quando o SNS não tem capacidade de resposta.

E é isso que nos distingue: o Chega propõe uma alteração pontual à Lei de Bases da Saúde, e o Governo resolveu o problema na prática, sem improvisos nem atalhos legislativos. É preciso garantir consultas e cirurgias a tempo e horas, é preciso avançar sem perder mais tempo, porque depois de anos em que o PS esteve parado, este Governo decidiu acelerar.

Vozes do PS: — Parado?!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Ainda bem que o Chega quer acompanhar este Governo, mas não basta vir hoje apresentar uma proposta como quem quer meter a primeira mudança e arrancar, quando o nosso Governo já meteu a terceira, a quarta, e não tem intenções de abrandar.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

É por isso que a pergunta à Sr.^a Deputada é se o Chega está disponível para acompanhar o ritmo deste Governo em recuperar o tempo perdido ou se se vai limitar a ir a reboque daquilo que já está em andamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sofia Andrade, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Patrícia Nascimento, de facto, não sei se terá tido a oportunidade de consultar o decreto-lei do Governo sobre o SINACC. Estou certa de que não, porque esta proposta que o Chega apresenta mais não é que dizer o mesmo que nos diz o decreto-lei do Governo: para combatermos a incapacidade de resposta no SNS, a solução é recorrer ao setor privado.

Protestos de Deputados do CH.

Portanto, o que vemos aqui é que os senhores, tal como o Governo, desistiram completamente do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

Os senhores apresentam zero propostas para melhorar e para fortalecer o Serviço Nacional de Saúde, e a única preocupação manifestada, a única solução que encontram, é a velha receita da direita, a receita de sempre: investir no setor privado.

Protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.

E não, não digo isto por nenhuma cegueira ideológica, até porque foi mesmo o Partido Socialista que incluiu na Lei de Bases da Saúde a possibilidade de articulação do SNS com os setores privado e social. Agora, nós entendemos que esta articulação deve ser um complemento ao SNS e não uma necessidade que resulta da falta de investimentos que os senhores têm feito no SNS.

Protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.

Porque, perante esta preocupação de utentes que esperam consulta ou cirurgia para lá do tempo máximo de resposta garantido, a preocupação ou a busca de soluções devia estar a montante, ou seja, a nossa preocupação devia ser encontrar soluções para fortalecer o SNS, para que tenhamos mais profissionais e para que consigamos reter esses profissionais no Serviço Nacional de Saúde.

Isso implica mesmo investir no Serviço Nacional de Saúde, investir em mecanismos como a dedicação plena, facilitar a contratação de médicos no Serviço Nacional de Saúde, tudo propostas que o Partido Socialista apresentou e que toda a direita chumbou.

Protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.

Investir no SNS implica seguir um caminho contrário ao que este Governo tem seguido e implica, também, um caminho contrário a esta proposta que é apresentada pelo Chega, porque ambos têm a mesma finalidade, que é fragilizar o Serviço Nacional de Saúde.

Por isso, Sr.^a Deputada, o que lhe pergunto é: afinal, esta proposta do Chega, o que é que acrescenta ao decreto-lei que já está publicado pelo Governo? O que é que traz de novo a uma coisa que já existe e que está mal?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Nascimento, para responder.

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, os portugueses não sentem nada disso que acabou de referir. Tenho aqui algumas notícias que podem comprovar exatamente isso, porque, por muito que o Governo esteja a trabalhar, os portugueses não têm visto nada: «[...] 80 % dos doentes oncológicos a aguardar a primeira consulta ultrapassam tempos de espera»; «Tempos de espera no SNS continuam a aumentar: primeira consulta pode demorar mais de três anos»; «[...] um milhão à espera de consulta hospitalar, mais de metade acima do tempo».

A oradora exibiu os documentos que mencionou.

Protestos do PSD.

Podia continuar, temos aqui mais notícias. Portanto, a tempo e horas, não temos visto nada deste Governo. Sr.^a Deputada Sofia Pereira,...

Vozes do PS: — Andrade!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr.^a Deputada Sofia Andrade, desculpe, do que nós não desistimos, enquanto grupo parlamentar, é dos doentes. Desses é que nós não vamos desistir.

Aplausos do CH.

A vossa preocupação nessa questão peca por tardia. Foram Governo e nunca investiram em nada no SNS.

Aplausos do CH.

Portanto, não venham agora com lições de moral.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando uma doente oncológica prioritária espera 94 dias por uma cirurgia no Alentejo, não é apenas um número, é uma falha do Estado. Quando uma criança espera 77 dias por uma cirurgia prioritária em Lisboa e Vale do Tejo, também não é apenas burocracia, é uma clara injustiça. Quando, no centro, alguém espera 168 dias por uma cirurgia ortopédica, não estamos apenas a falar de má gestão, estamos a falar de sofrimento evitável e de tratamento preventivo que podia e deveria acontecer.

O direito à proteção da saúde não pode ser uma mera promessa vaga e também não pode ser um campo de batalha ideológico. É uma obrigação concreta do Estado, que consta da Constituição. Para o PAN, o SNS é o pilar desta mesma obrigação.

Mas dizer que defendemos o SNS não chega, nem fechar os olhos quando ele falha. Defender o SNS é garantir que ninguém fica para trás quando os tempos máximos de resposta são ultrapassados.

Hoje, isso não acontece. Hoje, quem espera de mais não recebe automaticamente uma alternativa. Hoje, a articulação com o setor privado e social é opaca, reativa e muitas vezes mal regulada.

É exatamente por isso que o PAN, com esta iniciativa, pretende corrigir esta mesma falha. O que se propõe é mera justiça: se o SNS não consegue responder em tempo útil, o Estado tem a obrigação de encaminhar a pessoa para fora do SNS, não com meros vales, não com meros cheques, mas com qualidade, com proximidade e com controlo público rigoroso. Não se trata de privatizar a saúde, mas sim de proteger o direito à saúde.

Propomos regras claras, baseadas em dados reais, fiscalização permanente, transparência, sanções e defesa do interesse público. Propomos hoje um sistema que coloque as pessoas no centro e não os interesses instalados. Propomos que o código postal, a idade ou a doença deixem de ser um referencial para os tempos de espera em Portugal.

Por isso mesmo, esperamos que, sem preconceito ideológico, as demais forças políticas nos acompanhem.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Ambrósio, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **João Alves Ambrósio** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mais de 2400 pessoas encontram-se em lista de espera para cirurgia de cardiologia no Serviço Nacional de Saúde, sendo que, destas, mais de metade se encontra a aguardar por uma cirurgia para lá do tempo-limite legalmente admissível.

Srs. Deputados, estamos a falar de mais de 1000 pessoas. No Alto Alentejo, por exemplo, na especialidade de oftalmologia, um doente classificado como muito prioritário enfrenta um tempo médio de resposta de 77 dias — e estes são os muito prioritários, Srs. Deputados.

Com estes dados, estamos perante exemplos concretos de uma realidade que todos conhecemos: tempos de espera excessivos, em especialidades com impacto direto na qualidade de vida, na autonomia e, em muitos casos, na própria sobrevivência das pessoas.

E isto é o que sabemos sobre prazos e listas de espera, mas há algo mais que sabemos e que os hospitais também sabem no momento em que um doente é referenciado para cirurgia. Sabem os hospitais, desde logo, qual é o tempo previsível de espera. Essa informação já existe e está disponível através do sistema informático do SNS. Não é uma novidade nem é uma inovação legislativa. Isso já existe.

Chegados aqui, o que o Chega propõe hoje é o que já existe na lei — e convenhamos, Srs. Deputados, é muito pouquinho, porque não resolve o problema das pessoas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já a proposta da IL...!

O Sr. **João Alves Ambrósio** (IL): — O que o Chega propõe e quer é que as pessoas esperem, esperem, que voltem a esperar e a desesperar pelo ultrapassar dos tempos máximos, para as poder depois reencaminhar para o setor privado e social.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já a proposta da IL, qual é?!

O Deputado do CH Pedro Pinto exibiu uma folha em branco.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Vamos ouvir, vamos ouvir!

O Sr. **João Alves Ambrósio** (IL): — Quando os hospitais já sabem que vão ser ultrapassados os tempos-limite, lamento, Srs. Deputados, mas isto é muito pouquinho. É muito pouca a ambição, e mais não é do que aquilo que o Governo, o PSD e o Partido Socialista nos ofereceram nas últimas décadas.

O que o Chega está hoje aqui a dizer aos portugueses é que não chega de filas de espera. O que o Chega está a dizer hoje aqui aos portugueses é que não chega de atrasos. O que o Chega, e já agora também o PAN, estão a dizer aos portugueses é que não têm nem nunca tiveram soluções para a saúde distintas daqueles que são os remendos a que o PS e o PSD infelizmente nos habituaram ao longo de décadas: primeiro, o Estado, os serviços prestados pelo Estado, os hospitais do Estado e as cirurgias do Estado; só no fim vêm as pessoas, os utentes e os portugueses.

Ora, Srs. Deputados, esta é uma visão diametralmente oposta àquela que a Iniciativa Liberal apresenta na sua proposta de Lei de Bases da Saúde, onde se coloca o utente e o paciente no centro da prestação do serviço de saúde,...

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Alves Ambrósio** (IL): — ... sem preconceitos ideológicos com a natureza jurídica do prestador de cuidados.

Tenhamos coragem, Srs. Deputados, para uma verdadeira mudança de paradigma e de Lei de Bases da Saúde, tal como a IL já propôs nesta Casa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Serviço Nacional de Saúde é um pilar do Estado social que aqui ninguém pode colocar em causa. Mas defender o Serviço Nacional de Saúde não é fechar os olhos ao falhanço quando ele não responde em tempo útil.

Defender o SNS é garantir que o utente não fica abandonado numa lista de espera interminável. Quando os tempos máximos de resposta garantidos são ultrapassados, o Estado falha e, quando o Estado falha, tem a obrigação de encontrar soluções e não desculpas.

Por isso, colocar o utente no centro do sistema é exigir que o Estado apresente como dever a sua referenciação para o setor privado, sempre que o Serviço Nacional de Saúde não consiga responder. Isto não é substituir o SNS; é complementá-lo, não por ideologia, mas por responsabilidade.

Por isso, todos os projetos que trazem justiça nesta matéria, bom senso e respeito pelos portugueses serão sempre bem-vindos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando os tempos máximos de resposta no SNS são sistematicamente ultrapassados, não estamos a falar apenas de um problema técnico, nem de um detalhe burocrático, estamos a falar de algo muito mais sério: do acesso real das pessoas a cuidados de saúde.

A 30 de junho de 2025, mais de 974 000 utentes aguardavam a primeira consulta de especialidade hospitalar. São mais 26 % do que em 2024.

Na ULS (Unidade Local de Saúde) do Alentejo Central, há pessoas que esperam três anos por uma consulta de dermatologia. Três anos! Isto não é uma estatística fria; é o retrato de um sistema que está a falhar a quem dele mais precisa.

É precisamente sobre a resposta a esta falha que hoje aqui estamos a debater.

Foi-nos apresentada uma proposta que prevê que, sempre que o SNS não cumpra os tempos máximos de resposta, o utente seja automaticamente encaminhado para o setor privado ou social. À primeira vista, parece muito simples, até pode parecer sensato, mas parte de uma ideia perigosa: a de que o incumprimento do SNS é inevitável e de que o papel do Estado deixa de ser o de reforçar o serviço público para passar a ser apenas o de encaminhar doentes para fora dele.

O Livre não aceita essa visão. Não queremos reescrever a Lei de Bases da Saúde para transformar a exceção em regra. A Lei de Bases existe para afirmar o SNS como o eixo central do sistema de saúde: universal, geral e tendencialmente gratuito, não como um mero intermediário entre o utente e os prestadores privados.

Precisamos é de atacar as causas dos atrasos. Precisamos de reforçar a capacidade em consultas e cirurgias, meios complementares de diagnóstico, de garantir equipas completas e de melhorar o planeamento e a gestão. E, sim, quando for estritamente necessário, recorrer ao setor privado ou social, mas com regras claras e com total transparência.

É aqui que o Livre tem sido claro e consequente. Sem transparência nos dados do setor privado, não há regulação possível, não há planeamento responsável. Defendemos que todas as entidades que recebem financiamento público estejam sujeitas aos mesmos deveres de reporte e ao mesmo escrutínio que o SNS. Só assim garantimos que cada euro gasto fora do SNS serve para o reforçar e não para o substituir.

Por isso, perante tempos de resposta que são hoje verdadeiramente inaceitáveis, a prioridade não pode ser abrir uma autoestrada legislativa para o privado. A prioridade tem de ser cumprir a lei de bases, reforçar o SNS e garantir, dentro do serviço público, o acesso, em tempo útil, a que todas e todos temos direito.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mais uma vez, num debate sobre política pública de saúde, a grande questão, e o que divide as bancadas, é qual é o destinatário da política pública de saúde, se temos uma política pública de saúde cujo destinatário é efetivamente o doente, aquele que precisa de cuidados, ou se temos uma política pública de saúde em que o destinatário é o Estado ou alguém em seu nome e em nome de um determinado complexo ideológico.

Se entendermos, como o CDS entende, que o destinatário é o doente ou o utente, temos de orientar a política nesse sentido, e parece-nos claramente que há aqui duas posturas e que ambas põem em causa essa lógica.

Uma, a postura da esquerda, acha que tem de ser o Estado. O Estado falha, e tem de ser outra vez o Estado; e o Estado não atende, e tem de ser outra vez o Estado; e a pessoa continua doente, e tem de ser outra vez o Estado; e a pessoa piora, e lá vai o Estado outra vez; e quando a pessoa já não tem remédio, ainda continua a ser o Estado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, Srs. Deputados, não é assim. Mal a pessoa tem uma necessidade, a prioridade é o cuidado. Não é o Estado, não é o privado, não é o social; é o cuidado! A pessoa tem de ser atendida. Isso é que tem de ser garantido por uma política de saúde.

Agora, também não podemos ter a postura contrária, que é dizer assim: «Não, está errado e, portanto, não vamos criar aqui uma solução para o problema que existe neste momento, vamos fazer tudo do início. Vamos fazer tudo do início outra vez.» E dizemos assim: «O sistema trata todos por igual, e só quando for assim é que é bom.»

Então e as pessoas vão ficar à espera de que façamos uma nova lei de bases, que façamos um novo sistema de saúde? Entretanto, as pessoas continuam à espera?! Nós temos de ter solução para quem está neste momento na situação.

Os tempos são ultrapassados? São. Podemos discutir como é que não os ultrapassamos, como é que reforçamos o sistema, tudo isso. Agora, temos de dar resposta a quem está na situação neste momento.

Como é que se dá resposta a quem está na situação neste momento? É dando-lhe acesso a alternativas. O Governo fez isso. O Governo fez isso e tomou medidas para que assim seja.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não resultou!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E diz o Partido Socialista: «Mas o Governo fez mal.»

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não, não! Não resultou!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós sabemos que os senhores acham mal, mas nunca houve tanta gente a fazer seguros de saúde privados como no tempo em que os senhores governavam. E, portanto, os doentes sabem, em última instância, quando têm dinheiro, como é que resolvem o seu problema. Percebem que o socialismo não responde e vão gastar o seu dinheiro para ter uma alternativa.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

O problema é que há muitos milhares que não têm esse dinheiro, e os senhores deixaram fora da saúde todos aqueles que não tinham dinheiro para recorrer a um seguro privado. Fizeram uma política de saúde que foi altamente segregadora de quem tem mais dificuldades financeiras.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, neste momento, a questão não é se devemos ou não devemos alargar a resposta e o cuidado ao social e ao privado.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É a alternativa, está explicado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A questão é se uma alteração à lei de bases vai fazer mais do que um decreto-lei já fez e vai fazer mais do que a operacionalização do sistema fará. Sinceramente, temos muitas dúvidas, mas também não vemos problema em alinhar a Lei de Bases da Saúde com aquela que é uma política certa: virar a página em relação ao socialismo, priorizar aqueles que mais precisam.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, o Seguro está há 18 horas à espera no hospital. Foi depois do debate!

Vozes do PS: — Foi o refluxo esofágico!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta que é trazida à discussão por parte do partido Chega demonstra aquela que é a sua opção. Não querem resolver nenhum problema do Serviço Nacional de Saúde, não querem resolver nenhum problema que afeta os utentes; querem tão-somente escancarar as portas aos grupos privados que lucram com a doença. Para isso, o que é que fazem? Desviam recursos financeiros do Serviço Nacional de Saúde. Estamos a falar de dinheiro que é do nosso povo, não para investir no Serviço Nacional de Saúde, não para reforçar a sua capacidade, mas para engrossar os lucros dos grupos económicos.

É isto que significa esta proposta apresentada por parte do partido Chega. Querem degradar ainda mais o Serviço Nacional de Saúde e dificultar ainda mais o acesso dos utentes aos cuidados de saúde. Bem sabemos que, aos grupos económicos, não é a saúde que lhes importa, mas sim a doença, porque é isso que lhes dá lucro. Já viram algum grupo económico fazer a promoção da saúde e prevenir a doença? Não o fazem porque a prevenção da doença é um entrave ao seu negócio, e é isto que está a acontecer neste momento no nosso País.

E, portanto, a opção por parte do Chega não é resolver os problemas que afetam os utentes, investindo nas respostas que garantam a todos — efetivamente a todos, sem discriminação — qualidade nos serviços que são prestados e a prestação desses mesmos cuidados, mas sim transferir, utilizando os recursos de todos, para alimentar os lucros de uma minoria.

Nós bem vimos, quando foi na covid, essas grandes unidades dos grupos privados fecharam as portas. Quando há um problema sério de saúde, as unidades privadas enviam os utentes para as unidades públicas, para o Serviço Nacional de Saúde, porque é aí que está, de facto, a resposta a esses problemas. E até vimos unidades privadas a fazer publicitação de serviços que não têm. Aliás, a própria Entidade Reguladora da Saúde chamou a atenção para isso.

Portanto, estamos perante uma opção clara que empurra para fora do Serviço Nacional de Saúde os profissionais de saúde. Se quiserem garantir a todos, a todos mesmo, os cuidados de saúde a que têm direito, aquilo que há a fazer é investir no SNS, aquilo que há a fazer é valorizar os profissionais de saúde, as suas condições de trabalho, para que fiquem no SNS. Mas não foi isso que o partido Chega aqui trouxe, aliás, nem o PAN e as intervenções que temos visto dos partidos que apoiam e suportam o Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão a falar do PS?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mais uma vez, aquilo que vêm aqui dizer é que não querem resolver os problemas, se recusam a resolver os problemas para justificar essa transferência para os grupos privados. Ora, para isso, não contam com o PCP, porque garantir os cuidados de saúde não é um ato isolado, é o acompanhamento do utente ao longo da sua vida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em Beja é que não podemos contar com o PCP!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E isso exige o reforço do Serviço Nacional de Saúde, porque é aí que se garante para todos e que não há discriminações.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para encerrar o debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cláudia Estevão, do Chega.

Pausa.

Só um momento, Sr.^a Deputada, parece que há alguma agitação...

Pausa.

Afinal, o Partido Socialista também quer inscrever-se.

Sr.^a Deputada Susana Correia, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Eurico sai daí 5 minutos e é uma desgraça!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estes dois projetos de lei que aqui temos em discussão defendem a alteração da Lei de Bases da Saúde. E para que é que defendem a alteração da Lei de Bases da Saúde? Para consagrar a obrigação do Estado de referenciar os utentes do Serviço Nacional de Saúde para o setor social e privado.

Sr.^a Deputada Patrícia Nascimento, o argumento que usou dos seguros de saúde é um argumento fraco, porque os seguros de saúde não chegam a 5 % da despesa total em saúde — veja-se, não chegam a 5 % da despesa total em saúde! Portanto, é um argumento fraco.

O problema das listas de espera, do não cumprimento dos tempos máximos de resposta garantido, não se resolve empurrando os doentes para fora do Serviço Nacional de Saúde, até porque são os próprios doentes que não querem sair do Serviço Nacional de Saúde, não querem deixar o seu hospital de origem, não querem deixar o médico que conhecem, não querem deixar o acompanhamento e serem tratados isoladamente por ato.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Veja-se, Srs. Deputados, os números da Entidade Reguladora da Saúde. Não sou eu que estou a dizer isto, é a Entidade Reguladora da Saúde: no primeiro semestre de 2025, houve 68 000 vales-cirurgia emitidos e não chega a 19 % os que foram aceites pelos utentes. E porquê? Porque a grande maioria deles opta por permanecer na lista de espera no hospital de origem. Isto porque sabem a importância do Serviço Nacional de Saúde;...

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — Não sabem! Não sabem!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — ... porque sabem que chegam ao privado e, se a coisa complica, voltam para o SNS; porque sabem que chegam ao privado e, se a coisa é mais complexa, voltam para o SNS;...

Aplausos do PS.

... porque sabem que chegam ao privado e, se o medicamento é caro, voltam para o SNS;...

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — Não sabem!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — ... porque sabem que chegam ao privado e nem sequer conhecem a equipa ou profissional de saúde que os vai atender; porque chegam ao privado e não sabem sequer se vão ter acompanhamento depois daquele ato isolado.

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — Os senhores têm de ir aos hospitais!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta não é a solução para resolver o problema de os tempos máximos de resposta garantidos serem ultrapassados.

Quería reforçar a importância do SINACC, recentemente publicado, mas também reforçar a importância de acompanharmos devidamente o rigor e a transparência deste sistema, que vem substituir um sistema que já existe.

As listas de espera também não se combatem com limpezas administrativas, combatem-se com o reforço das equipas, com o incentivo das equipas, com alertas precoces e até para externalizar quando o SNS diz que já não tem capacidade para responder.

Para terminar, o sucesso desta medida não é retirar os doentes da lista de espera de forma administrativa, é ter a certeza de que os doentes são devidamente tratados e acompanhados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois deste momento que tivemos aqui nesta sessão, já percebemos que o Chega não está a apresentar nada de novo. O Chega está a apresentar uma coisa que já existe, uma coisa que foi aperfeiçoada, uma coisa que, aliás, já existia no tempo do Partido Socialista, o vale ou cheque-cirurgia,...

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Ah, sim! Por isso é que toda a gente tem acesso à saúde! Está ótimo!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... e que nem sempre funcionou bem, como acabou de ser dito pela Sr.^a Deputada Susana Correia.

Será que o Chega — e deixo esta pergunta ao Chega — quer mesmo impor opções políticas na Lei de Bases da Saúde?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Podia ter perguntado há bocado!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Será que o Chega quer fazer a mesma coisa que o Partido Socialista fez na revisão da Lei de Bases da Saúde, há uns anos, no enquadramento daquilo que era a geringonça, juntamente com o Partido Comunista Português e com o Bloco de Esquerda? Lembram-se o que é que essa Lei de Bases da Saúde nos trouxe?

Esta Lei de Bases da Saúde é retrógrada e castradora a vários níveis. Nós costumamos falar da questão do capital humano, dos profissionais de saúde, costumamos falar da eficiência da gestão. O que é que a atual Lei de Bases da Saúde não permite? Não permite melhorar a eficiência da gestão, não permite valorizar os profissionais de saúde, impõe regimes de trabalho aos profissionais de saúde. É este o caminho que o Chega quer fazer?

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Portanto, esta questão não é uma questão de Lei de Bases da Saúde. A questão dos tempos máximos de resposta garantido é uma questão que, de facto, o Governo, e bem, já implementou, através do Decreto-Lei n.º 12/2026, e que, obviamente, está em regulamentação e vai permitir,...

Protestos da Deputada do CH Cláudia Estevão.

... numa fase mais precoce, referenciar um doente quando está na altura de atingir o tempo máximo de resposta garantido do setor privado ou social.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas — e é importante dizer isto — o objetivo do Governo é tratar os doentes todos no SNS. O objetivo primário é que os doentes sejam tratados dentro do Serviço Nacional de Saúde e por isso é que tem de se reforçar as equipas, por isso é que tem de se ter uma forma diferente de valorizar os profissionais de saúde,

por isso é que nós temos de ter modelos de gestão mais eficientes, que é para conseguirmos dar uma resposta melhor e não dependermos tanto do setor privado ou do setor social.

No entanto, tal como há bocado foi dito pelo Sr. Deputado, quando nós não conseguimos, os doentes não podem ficar à espera. E por isso é que o SINACC, o Sistema Nacional de Gestão do Acesso a Consulta e Cirurgia, vem permitir que de forma automática ou, digamos, de forma semiautomática rapidamente o doente possa ser referenciado e não ficar demasiado tempo à espera.

Vale a pena também dizer que a questão da opção política é uma questão que... Eu percebo o que o Chega está aqui a trazer, mas é, de facto, uma coisa que não é nova. Na verdade, o SINACC resulta de uma opção do Governo, o SINACC não está colocado na Lei de Bases da Saúde, nem deve estar, ou seja, as opções políticas de quem governa cada caso devem ser regidas e regulamentadas através de decretos-leis, através de regulamentos, etc., e não estarem na Lei de Bases da Saúde.

A Lei de Bases da Saúde, que, obviamente, é importante, não pode impor este tipo de políticas, mas a Lei de Bases da Saúde, estamos de acordo, tem de ser revista um dia destes,...

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... porque esta Lei de Bases da Saúde, neste momento, não serve os objetivos dos nossos doentes;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... esta Lei de Bases da Saúde não fortalece o SNS; esta Lei de Bases da Saúde limita-nos a capacidade de resposta, e esta Lei de Bases da Saúde não respeita os profissionais de saúde.

Portanto, este é um caminho que pode ser feito, é um caminho que deve ser trabalhado e que deve aproveitar o trabalho que está a ser feito a nível da reforma do Estado, no respetivo ministério. Enfim, concluindo, são dois projetos de lei que não trazem nada de novo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada Cláudia Estevão inscreveu-se para um pedido de esclarecimento. Tem a palavra.

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Miguel Guimarães perguntou o que é que o Chega quer. O que o Chega gostava mesmo, mesmo, mesmo, era de ter a audição regimental com a Ministra da Saúde, que estava agendada desde junho, e que a Ministra informou hoje que não está disponível.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — Portanto, isto é inaceitável, não se pode negar!

Aplausos do CH.

Não se pode negar os problemas do SNS, pedir confiança aos portugueses e, ao mesmo tempo, fugir ao escrutínio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — Portanto, as perguntas que aqui lhe deixo são as seguintes: o Governo tem, efetivamente, uma Ministra da Saúde em funções, disponível para responder e assumir a condição política da área da saúde? Ou estamos perante uma situação em que a Ministra se mantém formalmente em

funções, mas a saúde está em autogestão? E, se for esse o caso, quem é que assume a responsabilidade política por esta ausência?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para encerrar o debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cláudia Estevão.

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A lei de bases permite recorrer ao setor privado e social quando o SNS não consegue. É um facto, mas não obriga. E assim a resposta não está garantida, depende do serviço, depende do hospital e depende de uma decisão administrativa, em vez de depender de uma regra automática igual para todos.

Segundo a monitorização da Entidade Reguladora da Saúde, no primeiro semestre de 2025, em hospitais públicos, 51,6 % das primeiras consultas realizadas ocorreram fora do prazo legal. No final de junho, havia quase 975 000 pessoas à espera da primeira consulta hospitalar e, em 56,6 % dos casos, o prazo máximo já tinha sido ultrapassado. Em muitos destes casos não se trata de esperar mais um pouco, trata-se de perder o momento certo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — E, quando isso acontece, o resultado é mais doença, mais sofrimento e, muitas vezes, dias de vida que não se recuperam jamais.

Portanto, este projeto de lei não pretende substituir o SNS, não pretende desvalorizar o SNS, aliás, nem o podíamos fazer — eu sou enfermeira há 30 anos no SNS, toda a vida o defendi —, mas, quando os tempos máximos de resposta garantidos são ultrapassados, o Estado deve referenciar os doentes para atendimento no setor privado ou social, de forma célere e eficaz.

Hoje, quando o Estado falha, as consequências recaem exclusivamente sobre os cidadãos. Este diploma obriga o Estado a garantir a sua falha e a garantir aos cidadãos a resposta que eles merecem para acederem aos cuidados de saúde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos ao fim deste ponto da ordem do dia, pelo que passamos agora à discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.^{os} 129/XVII/1.^a (PSD) — Procede à sexta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à Lei n.^o 115/2009, de 12 de outubro, à quarta alteração ao Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.^o 51/2011, de 11 de abril, à segunda alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.^o 166/99, de 14 de setembro, e à primeira alteração ao Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.^o 323-d/2000, de 20 de dezembro, e 375/XVII/1.^a (BE) — Consagra a obrigatoriedade de pagamento de despesas de transporte ou de trasladação por parte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Tem a palavra, para apresentar o respetivo projeto de lei, o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Infelizmente, em 2023, um recluso açoriano faleceu num estabelecimento prisional do continente, para o qual havia sido transferido por imposição da DGRSP (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais), devido à sobrelotação do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

Numa fase inicial, o Estado recusou assumir as despesas com a trasladação do corpo para a Região Autónoma dos Açores, por não haver obrigação legal nesse sentido. Posteriormente, e após muita pressão da opinião pública, a DGRSP acabou por assumir as respetivas despesas.

Este caso veio dar visibilidade à enorme injustiça de não existir uma norma legal que atribua expressamente ao Estado a responsabilidade pelos custos da trasladação.

Na verdade, durante anos a fio, em casos idênticos e até ocorrer este caso em concreto, a resposta da DGRSP foi sistematicamente a mesma: remeter para as famílias dos reclusos transferidos para o continente os custos da trasladação do corpo para a região autónoma da qual era oriundo, o que constituía, no mínimo, uma indignidade e uma imoralidade, além de demonstrar uma profunda falta de humanidade.

Trata-se de um problema que afeta, há muitos anos, os reclusos das regiões autónomas transferidos para o continente por imposição do próprio Estado, na maioria das vezes contra a sua vontade, e que têm a infelicidade de falecer em meio prisional.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

Quando um recluso ingressa num estabelecimento prisional passa a estar à guarda do Estado. É o Estado que se responsabiliza por garantir aos reclusos o respeito por direitos básicos como a alimentação, o alojamento ou os cuidados médicos necessários, como resulta, de resto, do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

Ora, se garante os custos com a transferência de um recluso de uma região autónoma para o território continental, o Estado deve também assumir os custos com a trasladação do seu corpo de volta à região autónoma e à sua família, em caso de falecimento em estabelecimento prisional do continente, sendo inaceitável que possa não assumir essa despesa escudando-se na falta de obrigação legal para o efeito e empurrando esse encargo para a família ou até para a Segurança Social do arquipélago.

A presente iniciativa legislativa visa deixar bem claro que, em caso de falecimento de recluso que esteja a cumprir prisão preventiva, pena ou medida privativa da liberdade em estabelecimento prisional localizado fora da sua ilha de residência, as despesas com a trasladação do corpo para a ilha de residência são suportadas pela DGRSP.

Pretende-se ainda que, em caso de libertação, se o recluso estiver a cumprir prisão preventiva, pena ou medida privativa da liberdade em estabelecimento prisional localizado fora da sua ilha de residência, deve competir à DGRSP suportar as despesas de transporte relativas ao regresso à sua ilha de residência.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quem trouxe deve também fazer voltar.

A correção legal destas injustiças não pode deixar de ter reflexos no âmbito da justiça tutelar de menores. Deve ser assegurado que a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais suporte as despesas de transporte de regresso de menor internado em centro educativo localizado fora da sua ilha de residência quando cesse essa medida.

O que importa hoje aqui destacar é que o Estado não pode nem deve transferir pessoas de estabelecimentos prisionais ou centros educativos e, no fim das penas, da aplicação das medidas ou em caso de falecimento, desresponsabilizar-se e não garantir que é responsável por estes processos do início ao fim.

É uma questão de princípio e de justiça para com estes açorianos e para com as suas famílias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, da Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro, do Chega, que tem a palavra.

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Moniz, como referiu, efetivamente, quando um recluso ingressa num estabelecimento prisional, seja em prisão preventiva ou para cumprir pena, este passa a estar à guarda do Estado. O mesmo acontece no âmbito da justiça tutelar de menores internados em centros educativos.

Muitas vezes, em ambas as situações, é necessária a sua transferência para longe da residência e da família, e o caso que deu origem a este projeto de lei é disso exemplo. A falta de condições das prisões nos Açores, especialmente na de Ponta Delgada, que opera frequentemente acima da sua capacidade, obriga ao envio de reclusos para o continente.

Atendendo à salvaguarda do respeito devido pela dignidade humana, é um imperativo de humanidade e dignidade que o Estado assuma estas despesas quando envolvam reclusos das regiões autónomas, tanto em vida como no caso de morte. Quando o falecimento ocorre nestas condições, deparamo-nos com um vazio legal, deixando as famílias, muitas vezes, em situação de precariedade económica, sem capacidade de recuperar o corpo para o funeral na ilha de origem.

A questão que lhe coloco é a seguinte: para evitar que as famílias tenham de adiantar verbas, como aconteceu no caso que motivou esta lei, que mecanismos propõe o PSD para que o pagamento seja direto, entre o Estado e as agências funerárias, eliminando a burocracia do reembolso?

Questiono também, perante as dúvidas que surgem frequentemente sobre o impacto financeiro de novas despesas no sistema prisional, qual é a estimativa do PSD para o custo anual desta medida, e como garantirá que a verba seja inscrita de forma permanente no orçamento da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra para responder.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por agradecer a questão da Sr.^a Deputada Paula Ribeiro, que...

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Sandra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Desculpe, Sandra Ribeiro.

Como eu dizia, enquadrou muito bem o problema e a motivação para a apresentação desta iniciativa, e queria dizer-lhe que, de facto, o estado calamitoso e insalubre da prisão de Ponta Delgada é um dos principais motivos por que a sua sobrelotação obriga a deslocalizar os reclusos — que poderiam estar lá, e do ponto de vista da reinserção é fundamental a proximidade às famílias — para o continente.

Evidentemente que o que esta proposta consagra é a obrigação de ser a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais a custear, nas duas situações, terminando a pena ou em caso de falecimento, o regresso à ilha de origem.

Quando me pede para quantificar, naturalmente, não consigo quantificar quantos reclusos possam falecer. De qualquer modo, parece-me que ao ter esta obrigação plasmada em letra de lei, naturalmente, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais vai olhar para todos aqueles que transfere e cabimentar orçamentalmente a verba para que, em princípio, todos regressem quando terminarem o cumprimento da sua pena, e para que nas situações pontuais e infelizes de falecimento em cumprimento de pena também o possam assumir.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Moniz, permita-me cumprimentá-lo pela intervenção e pela iniciativa, que nós apoiaremos.

Apresentámos um projeto de lei para se juntar a este agendamento, com base nos alertas que o Conselho Superior da Magistratura fez, nomeadamente a identificação da necessidade de se fazer uma alteração mais profunda no Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, ou seja, de carrear para este regulamento o espírito e a intenção das alterações legislativas que o PSD aqui hoje traz, que comungamos, e de expandir esse mesmo entendimento feito para crianças e jovens que cumpram medidas de internamento aos inimputáveis e a quem cumpra internamentos em centros de saúde mental.

O Conselho Superior da Magistratura chama a atenção para isso, e, portanto, Sr. Deputado, espero que haja oportunidade de os projetos serem viabilizados pela Câmara e de, no quadro da especialidade,

encontrarmos uma lei que resolva uma profunda injustiça que existe com o que hoje é aplicado aos açorianos e às suas famílias, sejam eles reclusos e familiares de reclusos, sejam eles pessoas que estejam a cumprir medidas de internamento, sendo elas inimputáveis ou não.

Creio que a Assembleia da República estará bem se, na próxima sexta-feira, der o sinal correto de resolver esta profunda injustiça. Se o bom senso administrativo existisse, hoje não teríamos necessidade de legislar, porque este entendimento que a direção-geral teve no passado é profundamente desumano, mas assim é! É também com a consagração de direitos que defendemos a população, os cidadãos, da indiferença administrativa que nos dias de hoje, infelizmente, ainda se impõe à realidade dos cidadãos, neste caso em concreto dos açorianos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O caso que está na origem desta iniciativa expõe uma realidade profundamente injusta e que não pode continuar a ser ignorada. Quando é privado da sua liberdade, o cidadão passa a estar integralmente à guarda do Estado, e isso significa que o Estado assume não apenas a execução da pena, mas também o dever de garantir que essa execução respeita a dignidade da pessoa humana, um princípio estruturante da nossa Constituição.

Na verdade, a nossa Constituição define que os condenados mantêm a titularidade dos seus direitos fundamentais, apenas com exceção das limitações inerentes à própria condenação. A dignidade humana não é suspensa pela prisão, nem em vida, nem em morte.

Não é, pois, aceitável que num momento de extrema fragilidade sejam as famílias a suportar custos que resultam diretamente de opções administrativas do próprio Estado. Isso não é apenas uma falha legal, é uma falha ética.

Por isso, o JPP considera que esta iniciativa corrige essa injustiça evidente e reafirma um princípio simples: quem assume a guarda, assume a responsabilidade até ao fim.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa recebeu a informação de que assistem aos nossos trabalhos um grupo de jovens de Lousada, a quem dirige os melhores cumprimentos.

Aplausos gerais.

Se for o caso de voltarem hoje para casa, tenham cuidado ao conduzir, porque a autoestrada está muito perigosa.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidãos nas galerias: Queria agradecer ao PSD por ter agendado esta iniciativa, e também ao Bloco de Esquerda pela iniciativa que junta à do PSD, porque, de facto, é preciso corrigir esta injustiça e indignidade que tem acontecido no nosso sistema prisional.

É preciso corrigir esta falha do sistema prisional e do sistema tutelar educativo, que vem penalizar as famílias dos reclusos, as famílias dos jovens internados, sem que na verdade se perceba porquê. Se estas pessoas estão à guarda do Estado, se o Estado é que, por sua opção, as colocou longe de sua casa,...

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

... é também ao Estado que cabe garantir o pagamento das despesas

Estamos a falar de pessoas oriundas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira e que são muitas vezes colocadas longe de casa, longe da sua ilha, por insuficiência ou falta de instalações no local em que residem, o que, já de si, é uma dupla penalização.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

Uma pessoa que esteja presa longe de casa está também longe da sua família, portanto é uma dupla penalização, o que também é algo injusto, mas não é isso que estamos agora aqui a discutir.

O que estamos a discutir é o pagamento das despesas quando uma pessoa falece à guarda do sistema prisional. De quem é a responsabilidade de pagar essas despesas? E estamos a falar de um jovem poder voltar quando termina o seu tempo no sistema educativo, tendo essa viagem paga.

Parece-nos essencial isto ficar resolvido no âmbito da lei, sem que fique a depender da condição económica da pessoa ou da família, e, portanto, acompanharemos as duas iniciativas que estamos aqui a discutir. Esperamos que o trabalho em especialidade seja rápido, porque, de facto, é uma urgência resolver esta injustiça.

Isto também abre, de alguma forma, uma discussão, porque estamos aqui a falar, nomeadamente, de pessoas das regiões autónomas que estão no continente, mas podemos também alargar a discussão para o caso contrário, ou seja, para pessoas do continente que possam estar nas regiões autónomas, ou até para pessoas que estejam longe da sua área de residência dentro do próprio continente. Portanto, sempre que haja a necessidade do pagamento de uma despesa extra porque o Estado colocou estas pessoas longe de casa, deve ser também o Estado a assumir essa despesa.

Há algum trabalho que poderemos afinar na especialidade para, na verdade, garantir uma justiça maior a todas as pessoas. De qualquer forma, acompanhamos e queremos que o trabalho na especialidade seja rápido, para corrigirmos rapidamente esta injustiça, porque a dignidade e o direito de todas as pessoas não devem depender da sua condição, e é isso que estamos aqui a discutir.

De qualquer forma, acompanhamos e queremos que o trabalho na especialidade seja célere, para corrigirmos rapidamente esta injustiça, porque a dignidade e o direito de todas as pessoas não devem depender da sua condição, e é isso que estamos aqui a discutir.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Emanuel Câmara, do PS.

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista com certeza que vai acompanhar estas duas iniciativas parlamentares do Grupo Parlamentar do PSD e do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Temos duas regiões autónomas, a da Madeira e a dos Açores, e quando um cidadão é privado da sua liberdade e fica sob a alçada do Estado, é natural que o Estado seja o primeiro responsável por esse cidadão. Na verdade, durante o cumprimento da pena, o Estado tem de ser responsável pelo seu transporte — porque a ilha de origem pode não ter estabelecimento prisional ou porque, por outras razões, pode ter de haver deslocação para outra ilha ou até para o espaço continental. Poderá haver sobrelocação, como aconteceu com esse cidadão açoriano, mas poderá também tratar-se de uma medida de gestão, de logística ou de segurança. Portanto, é muito importante salvaguardar esses cidadãos.

A partir daí, e depois de cumprida a pena, é natural que seja a entidade que tem essa responsabilidade, neste caso, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que deve assumir os custos do regresso desse cidadão — que estava deslocado, digamos, sem querer — à sua ilha.

Se, infelizmente, acontecer — porque às vezes acontece — esse cidadão morrer, a trasladação do corpo para a sua ilha terá de ser suportada pelo próprio Estado, através da entidade que tem essa tutela, e não pelos familiares. Certamente que, tendo estes sido privados do seu familiar, não faz sentido ainda terem de assumir os encargos da trasladação. Por conseguinte, esta situação é pacífica.

Por analogia, o mesmo pode suceder em relação aos jovens, nomeadamente os menores, que não entram para um estabelecimento prisional, mas vão para um centro educativo. Não vou estar a repetir-me, mas, no fundo, temos de ter para com eles os mesmos procedimentos e a mesma atenção.

Em suma, penso que se trata de uma matéria que, com alguns ajustamentos em sede de especialidade, na respetiva comissão, terá o apoio e a colaboração dos Deputados do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a omissão que justifica esta iniciativa legislativa é profunda e grave, mas a solução é relativamente simples, portanto acho que podemos falar sobre o assunto de forma também simples.

Em primeiro lugar, cumprimento o Grupo Parlamentar do PSD e o Sr. Deputado Paulo Moniz.

De facto, a situação concreta que justificou a iniciativa — uma situação de sobrelotação em Ponta Delgada, de morte num estabelecimento prisional no continente, a trasladação do corpo e a dificuldade de suportar essa despesa — justifica todas as outras alterações, quer no sistema prisional, quer nos centros educativos. Ou seja, quem não está a cumprir pena na ilha de onde é natural ou onde reside tem o direito a ser ressarcido — ou a família, no caso de morte — das despesas de retorno a essa ilha. Isto tem que ver com um princípio fundamental da nossa Constituição e da nossa lógica autonómica, que é o princípio da continuidade territorial. Ninguém pode ter, em circunstância alguma, nem sequer estando preso, uma despesa adicional por ser residente numa ilha e não ser residente em território continental.

Portanto, a solução é mesmo essa: em vida ou em morte, o Estado assume a responsabilidade no sistema prisional ou nos centros educativos. Por isso, acompanharemos a iniciativa pois achamos que a mesma faz todo o sentido.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que há um amplo consenso nesta matéria. Aliás, poderíamos duvidar sobre a necessidade de legislação porque, tecnicamente, é sempre desejável não ter de legislar sobre o que é de bom senso e o bom senso deveria ditar que esta solução fosse a que era aplicada sem necessidade de aprofundar a legislação. Em todo o caso, sendo esta a circunstância, faz todo sentido aquilo que é proposto.

Já foi aqui referido, pelo Sr. Deputado João Almeida, o princípio da continuidade territorial, que não pode ser um princípio olvidado para determinados efeitos.

Já foi também tocado ao de leve — e queria sublinhar esse ponto —, que o que está na origem de alguns destes casos, não todos, será nomeadamente, em São Miguel, o problema da sobrelotação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e as condições que existem nesse estabelecimento. Portanto, é importante que se concretize a intenção de se construir um novo estabelecimento, obra que tem sido adiada ao longo dos anos.

Lembro-me bem de ver, por exemplo, o antigo Deputado Miguel Arruda a fazer um vídeo à porta do futuro estabelecimento prisional de São Miguel — ainda antes de ter atingido o estrelato, não sabendo nós, na altura, que o fazia eventualmente, até, na ótica do utilizador, pois não sabíamos nada do que viria a acontecer — em que, todavia, alertava para uma questão pertinente, que é o problema desse estabelecimento prisional.

Assim, faz sentido resolver o problema, como o Sr. Deputado propõe, tal como faz sentido que a questão da sobrelotação de vários estabelecimentos prisionais — nomeadamente do de São Miguel — venha a ser resolvida logo possível, porque é uma maneira de evitar que se verifiquem situações em que as pessoas são desviadas dos locais onde deveriam estar a cumprir as suas penas.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de facto, não se compreende que esta questão não esteja já resolvida e creio que isso é que gera alguma indignação.

Obviamente, acompanharemos as propostas que estão em discussão. Se há um cidadão recluso que o Estado transfere para o continente, em caso de falecimento, seja de um estabelecimento prisional seja de um centro educativo, faz todo o sentido que o Estado assuma a trasladação do respetivo corpo. É uma questão de justiça e é uma questão de dignidade para com as famílias.

Gostaria de introduzir um aspeto: nos pareceres entretanto recebidos, em particular no parecer do Conselho Superior da Magistratura, assinala-se que na iniciativa do PSD não há referência aos inimputáveis em internamento ou a imputáveis internados. Creio que vale a pena, em sede de especialidade, ter em conta essa sugestão.

Neste debate, aproveitando as matérias que estão em discussão, gostaria ainda de referir um conjunto de problemas que afetam os estabelecimentos prisionais. Falo da necessidade de investimento e requalificação para garantir condições de dignidade para os reclusos; a questão da falta de profissionais quer nos estabelecimentos prisionais quer nos centros educativos; a questão das carreiras e da valorização dos seus profissionais.

Esta é, aliás, uma questão que tem sido identificada e que é do conhecimento de todos. Ainda há poucas semanas, na 1.^a Comissão, debatemos o tema dos centros educativos, tendo sido suscitadas várias questões quer em relação aos profissionais quer quanto à necessidade de resposta na área da saúde mental, nomeadamente dos jovens. Portanto, estas são matérias que não podem ser esquecidas e que exigem uma resposta e intervenção por parte do Governo.

Aproveito esta oportunidade para sinalizar estes problemas e sobretudo para acentuar a necessidade de que o Governo do PSD e do CDS responda a estes problemas e que invista e garanta os meios necessários para a intervenção nestas áreas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Idalina Durães, do Chega.

A Sr.^a **Idalina Durães** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Projeto de Lei n.º 129/XVII/1.^a, do PSD, procede à alteração de vários diplomas estruturantes no âmbito da execução das penas, do regime prisional e da justiça tutelar educativa, incidindo de forma particular na realidade das regiões autónomas.

Esta iniciativa teve origem num caso concreto em que se verificou uma situação injusta, na qual o Estado se recusou a assumir as despesas de trasladação de um corpo, alegando a inexistência de norma legal para o efeito.

O objetivo do diploma é atribuir ao Estado, através da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a responsabilidade pelas despesas de transporte, regresso às ilhas de residência, de reclusos, de menores internados e também para as situações excecionais no que concerne à trasladação de corpos, em caso de falecimento, quando o cumprimento da pena ou da medida ocorre fora da ilha de origem.

O Chega considera que, sempre que a Administração Pública determina a colocação de um cidadão fora da sua área de residência, é razoável que assuma os encargos decorrentes dessa decisão, do ponto de vista da responsabilidade administrativa e da igualdade entre os cidadãos.

Contudo, importa sublinhar que a aplicação deste regime deve ser acompanhada de uma avaliação rigorosa de custos envolvidos, com a identificação clara dos encargos, e com mecanismos de controlo eficazes, de forma a evitar desequilíbrios financeiros e assegurar a boa gestão dos recursos públicos.

É igualmente importante destacar que esta medida não representa um benefício adicional para os reclusos ou para menores internados nem altera os princípios fundamentais da responsabilidade penal tutelar. A execução das penas e das medidas de internamento deve continuar a assentar na disciplina, na segurança e no respeito pelas vítimas.

No âmbito da justiça tutelar educativa, aplica-se a mesma lógica, que é a de assegurar proteção institucional adequada, sem prejuízo da avaliação contínua das medidas e do seu impacto.

Dito isto, o Chega acompanha o debate com toda a atenção que lhe é devida e analisará com rigor a execução prática destes projetos de lei e os respetivos encargos financeiros que deles possam advir.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, o PAN acompanha esta iniciativa do PSD.

Efetivamente, estamos a falar de uma responsabilidade do Estado que não deve ser ignorada, seja no caso da transferência para fora da zona de residência, em particular nas regiões autónomas, seja no caso de trasladação de corpos.

No entanto, lamentamos que o PSD não tenha permitido que se discutisse mais aprofundadamente a lei tutelar educativa. O PAN tinha apresentado uma proposta que dizia respeito às respostas terapêuticas, à mudança de instituições e às falhas que também existem neste âmbito, porque entende que é de aproveitar este momento para fazermos uma revisão mais alargada destas questões. O que não nos faz sentido — isto sem querermos retirar justiça à iniciativa que estamos a discutir — é estarmos sistematicamente a rever um diploma quando o podemos fazer num único momento.

É certo que, em especialidade, há ainda questões que urge melhorar, pelo que iremos fazer propostas nesse sentido. Contudo, volto a dizer que lamentamos que não tenham permitido esta revisão mais alargada. A bem dos jovens, que precisam de ter uma verdadeira medida restaurativa e não apenas sancionatória, penso que seria de toda a justiça podermos ter tido este momento de debate, que, infelizmente, ficou de fora do Parlamento.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por agradecer o consenso e a sintonia com o espírito que subjaz à iniciativa, e gostaria de aproveitar este momento de encerramento para fazer um enquadramento histórico, porque o mesmo se justifica.

Esta iniciativa foi apresentada na XV Legislatura, isto é, logo a seguir ao acontecimento. Sucede que tivemos duas eleições legislativas pelo meio. Ora, às vezes esquecemo-nos de que duas eleições legislativas introduzem ruído e as iniciativas caducam, como foi o caso.

Esta explicação é relevante porque as pessoas nos Açores, hoje, ficam um pouco confusas por se aperceberem que demos entrada dessa iniciativa na XV Legislatura e só agora, na XVII Legislatura, em 2026, é que surge a oportunidade para a discutir, felizmente, com este amplo consenso.

Agradecendo, naturalmente, as observações do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, não posso deixar de fazer um realce, que foi o facto — sendo um instrumento parlamentar, naturalmente — de o Bloco de Esquerda fazer uma coisa que tem feito noutras alturas, não sendo inédito do Bloco de Esquerda. No dia 16 de janeiro, entregou uma iniciativa legislativa, que está agregada, arrastada a esta nossa, em que basicamente contempla as observações que o Conselho Superior da Magistratura havia feito em sede de parecer.

Isto é perfeitamente legal, legítimo, regimental, mas não deixa de ser, eu diria — como é que posso dizer isto dentro dos parâmetros da elegância parlamentar que eu próprio defendo? —, uma forma interessante de fazer surgir uma iniciativa no dia 16 de janeiro. Nós estamos no dia 28.

Portanto, podem-se arrogar, efetivamente, ao direito de dizer que também tiveram uma iniciativa, que nós saudamos, mas essa nota, não posso deixar de a fazer, até para não confundir o nosso eleitorado.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Muito bem! Lindo!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dito isto, o que peço à Câmara é que, na especialidade, sejamos todos céleres, porque esta injustiça, esta situação desumana, não pode esperar mais tempo, e cada dia conta. Por isso, contamos com todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao ponto seguinte da ordem do dia, que é a discussão do Decreto-Lei n.º 119/2025, de 13 de novembro, que procede à reconfiguração da Administração do Porto de Lisboa, S. A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A. [Apreciação Parlamentar n.º 3/XVII/1.ª (PS)].

Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me, antes de mais, que destaque que esta intervenção é formulada no ano em que celebramos 50 anos do poder local democrático. Nesta Casa, não há quem não valorize nas palavras o poder local democrático, mas muitos falham quando são chamados a tomar ação ou a fazer a lei.

Em particular, estamos hoje aqui para apreciar a iniciativa do Ministro Miguel Pinto Luz e de Luís Montenegro, naquilo que configura um claro ataque ao que é a representatividade e a confiança nos autarcas deste País, sejam eles do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, da CDU (Coligação Democrática Unitária), do partido Chega ou de qualquer outro partido com assento nesta Casa.

A propósito do Decreto-Lei n.º 119, de 2025, da voz da Área Metropolitana de Lisboa, onde, aliás, Carlos Moedas lidera por unanimidade de consenso de todos os partidos, onde os partidos entendem que estar juntos para servir as populações é, de facto, relevante, determinando quem era a voz das autarquias que ali havia de ter, pois surgiu Miguel Pinto Luz, outrora vereador, agora Ministro, para dizer que os autarcas atrapalhavam a integração do espaço entre o porto e a cidade.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

É importante destacar o seguinte: não interessa quem são os nomes, interessa o que eles lá estariam a representar. Miguel Pinto Luz, anos antes, quando representava o município de Cascais, sentou-se naquela mesma sala da área metropolitana e votou vários e diferentes nomes para representar o interesse das populações de Cascais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Aquilo que agora fez foi virar as costas aos 18 municípios. Volto a reiterar daqui, dirigindo-me ao Chega, ao Partido Comunista e ao PSD: são autarcas de todas as cores políticas, são autarcas independentes que ali estão.

Que fique este esclarecimento: o que se prejudica são as orlas ribeirinhas, as concessões, os negócios; são os sítios de fruição, de lazer e de desporto; são os sítios onde as nossas populações vão caminhar; são os negócios locais que ali estão afetados.

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Ouçam, ouçam!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É importante que as pessoas percebam que um presidente de câmara tem de ter a quem se dirigir nesta tutela. Chegar ao ano da celebração dos 50 anos do poder local democrático e ter de subir a esta tribuna para dizer a vergonha que é ver o que Miguel Pinto Luz fez é, de facto, dececionante!

Aplausos do PS.

Risos do PSD.

Não acredito, aliás, que, no dia em que Miguel Pinto Luz e Carlos Moedas se sentarem para dialogar, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa tenha outro entendimento que não o que eu aqui apresento.

E não se espantem, Srs. Deputados do PSD, porque aquilo que o Grupo Parlamentar do PS aqui está a fazer não é defender um cartão partidário,...

Vozes do PSD: — É, é! Sempre foi!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... não é defender uma cor política. O que estamos aqui a fazer é defender a soberania também no poder local. E, se Carlos Moedas tem a mesma posição do que eu, tenho a certeza que é porque estamos do lado daquilo que é razoável.

Aplausos do PS.

Mais vos digo, Srs. Deputados, e dirijo-me mesmo diretamente ao partido Chega, que acenava ali com uns papéis, porque podem não ter percebido o que está aqui em causa: para quem se diz lidar à direita, é importante constituírem-se também como um bloqueio a um Governo que, sendo minoritário, tem impulsos absolutistas.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Por causa da vossa inércia!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Nesta Casa, a apreciação parlamentar serve justamente para que um Governo minoritário, ou qualquer outro, não se sobreponha à sua vontade e à vontade do povo português! É por isso que trouxemos aqui uma apreciação parlamentar, para poder dizer ao Governo que não legisla para pôr lá um *boy* ou uma *girl*,...

Risos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha o PS a fazer uma piada!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... que não legisla para tirar autoridade ao poder local democrático. Portanto, Srs. Deputados, não é apenas os discursos do *TikTok* e das redes sociais. Os Srs. Deputados têm hoje aqui uma oportunidade de repor poder ao poder local e de não termos um retrocesso.

Passamos a vida a dizer que quem está mais perto faz melhor, passamos a vida a dizer que queremos descentralizar. Tivemos eleições autárquicas, a dizer ao povo português que os nossos autarcas têm um papel, e, depois, o que é que o Sr. Ministro, que foi autarca, faz? Retira-lhes poder.

Srs. Deputados, fica esta reflexão, apelando a que todas as forças políticas coloquem a mão na consciência, porque se hoje na AML (Área Metropolitana de Lisboa) temos Carlos Moedas a liderar, amanhã teremos uma outra pessoa qualquer.

Não estranhem, porque às vezes é preciso vir a esta Casa defender os partidos deles próprios. O Grupo Parlamentar do PSD não percebe a maldade que está a fazer aos próprios autarcas. Num momento em que lideram a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), num momento em que se preparam para liderar a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), que tem um congresso este fim de semana, em vez de subirem a esta tribuna, deviam pegar no telefone e ligar aos vossos autarcas para dizer o que é que pensam desta pouca-vergonha.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em conjunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Pinotes Batista, mais uma vez, o Partido Socialista centra-se no acessório, esquecendo o essencial.

Por um lado, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se não se apercebeu de que este decreto-lei uniformiza os portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, em relação aos outros portos do País, e elimina particularidades que existiam, desde 2016, no modelo de governação apenas para estes portos: Setúbal, Sesimbra e Lisboa.

Também não se apercebeu de que, com esta alteração, a composição do conselho de administração passa a ficar alinhada com o desenho institucional dominante nas restantes administrações portuárias nacionais? Não percebeu, também, que isto reduz as assimetrias no sistema portuário nacional, clarifica a cadeia de responsabilização executiva e evita que apenas um subconjunto de portos tenha uma regra de composição de conselho de administração distinta das restantes administrações portuárias?

Mas, Sr. Deputado, em vez de estar aqui a falar de cargos e carguinhos, porque não vem falar dos projetos estruturantes em curso, daquilo que está a ser feito pelo Governo do PSD? Porque é que não vem falar da ligação de alta tensão e subestação de fornecimento elétrico em cais, com impacto direto na redução de emissões e ruído? Porque é que não fala no estudo de impacto ambiental da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), que permite retirar 30 % a 50 % dos camiões das estradas na Área Metropolitana de Lisboa? Porque é que não fala das dragagens de manutenção no Porto de Setúbal? Porque é que não fala da eletrificação e aumento da capacidade dos ramais ferroviários de acesso aos terminais? Porque é que não fala da construção da infraestrutura digital comum? Porque é que não fala da aquisição de duas novas lanchas de pilotos? Porque é que não fala da reabilitação de edifícios, gares marítimas, infraestruturas e equipamentos em áreas distintas, muito degradadas?

Não quer falar da manutenção profunda de edifícios degradados da APL (Administração do Porto de Lisboa), estado em que o Governo do Partido Socialista os deixou?

Poderia aqui vir falar destas substituições e muitas mais, mas o tempo não dá para vir aqui dizer isto tudo. Assim, Sr. Deputado, era disto que eu gostaria de o ouvir falar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Moreira, do Chega, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Pinotes Batista, o decreto-lei em apreciação estabelece uma nova configuração institucional da Administração do Porto de Lisboa e da Administração dos Portos de Setúbal e de Sesimbra, definindo alterações na sua organização, âmbito de atuação e modelo de gestão, no quadro da política portuária nacional.

É, por isso, com algum espanto que vimos o Partido Socialista, permita-me dizê-lo, demonstrar alguma falta de memória política, ao anunciar uma apreciação parlamentar do decreto-lei, invocando agora uma súbita preocupação com o alegado afastamento do poder local dos processos de decisão dos portos.

Convém recordar os factos. O Partido Socialista esteve no Governo durante anos, teve a tutela dos portos, teve maioria política, teve tempo e teve instrumentos. Onde esteve a reforma estrutural da governação portuária? Onde esteve o investimento sério na modernização das infraestruturas? Onde esteve a articulação com as autarquias que hoje dizem defender?

Mais: chegámos a 2026 sem uma frota pública de reboques minimamente adequada às necessidades dos nossos principais portos, e bem precisamos dela, como pudemos ver com o que aconteceu esta semana na Figueira da Foz.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Um País marítimo, com uma das maiores zonas económicas exclusivas da Europa, sem meios operacionais básicos assegurados. Isto não é um detalhe técnico, é uma falha estratégica grave, com impactos na segurança, na eficiência logística e na credibilidade internacional do sistema portuário português.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — É verdade!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é legítimo discutir o modelo de governação, é saudável aperfeiçoar o equilíbrio entre o Estado central, as administrações portuárias e o poder local. O que não é legítimo é fingir uma preocupação, que nunca existiu, quando se teve a responsabilidade de governar. O que não é sério é usar a bandeira do poder local como argumento político, depois de anos de inação, desinvestimento e ausência de visão para o setor marítimo-portuário.

Este decreto-lei pode e deve ser escrutinado, mas esse escrutínio tem de ser feito com coerência, com memória e com sentido de responsabilidade nacional, não com oportunismo político.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Deputado: com que autoridade moral exigem, hoje, mudanças e protagonismo do poder local nos portos, quando, enquanto Governo, nada fizeram para reformar o setor, investir nos recursos marítimos e garantir o pleno funcionamento das administrações portuárias?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista, para responder.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, não deixa de ser incrível quando estas coisas acontecem! O Sr. Deputado do Chega fez uma intervenção séria, da qual discordo profundamente, mas as questões que colocou foram respondidas pelo Deputado Paulo Edson Cunha. Passo a explicar porquê: na ânsia de ser demagogo e de desviar o assunto do essencial, o Deputado Paulo Edson Cunha apresentou um relatório de atividades da atual administração, da anterior administração e até da anterior administração.

Portanto, fica respondido o que é que os vários Governos foram fazendo, porque o Deputado Paulo Edson Cunha, erradamente e de forma pouco rigorosa, diria eu, apresentou um relatório de atividades, a não ser que o Sr. Deputado Ricardo acredite que isto foi tudo desenvolvido nos últimos dois dias!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Um ano!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E Leixões!?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Como é evidente, não foi.

O Sr. Deputado faz uma avaliação, que é legítima, mas não é a minha. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que os portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra têm feito um grande trabalho. Aliás, é por isso que foram ganhando centralidade, e é mesmo aqui que está a questão essencial, que não tem nada de acessório. É que estes portos são portos integrados na comunidade, da qual fazem parte, e afetam a vivência daquelas comunidades.

Se o Sr. Deputado fizer um trabalho de proximidade e o Deputado Paulo Edson Cunha fizer este exercício e estiver junto daquelas pessoas... Não é só a comunidade piscatória, que já de si não seria de somenos importância ter um elo de ligação ao poder local. São também as comunidades que têm ali fruições, é a náutica de recreio.

Sr. Deputado, vou deixar-lhe um repto, que é para si e para todos nós: vamos estar muito atentos aos concursos públicos internacionais de milhões de euros que vão ser lançados no âmbito daquela administração portuária. É que o Sr. Deputado quis fazer um exercício para o passado. Peço desculpa, mas não vou jogar xadrez no tabuleiro para o qual o Sr. Deputado me convida, e vou convidar o Sr. Deputado a olhar para um xadrez de futuro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não se sabe!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Vamos ver, porque vamos ter de estar muito atentos.

Há uma coisa que eu sei: nós vamos poder fazer o nosso trabalho como Deputados, mas quem escreve num decreto-lei que a participação dos municípios deve restringir-se a instâncias consultivas fica apresentado!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Estes apartes serão sempre rodapés de história. O que estes senhores fizeram foi remeter os nossos autarcas para aparte...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E o Porto de Leixões? O Porto de Leixões não interessa?!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Não têm a autonomia do Miguel Pinto Luz!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrelo): — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, para uma intervenção.

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas** (Hugo Espírito Santo): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me começar por uma ideia simples e direta. Este Governo não legisla para criar ruído institucional; legisla para criar clareza, responsabilidade e capacidade de execução. É precisamente isso que faz este decreto-lei.

O diploma procede a uma clarificação dos papéis institucionais, distinguindo aquilo que deve ser governação executiva empresarial, com responsabilização clara, objetivos operacionais e gestão profissional, daquilo que deve ser participação estratégica e territorial, legítima, relevante e necessária, mas exercida em sede própria, com método, previsibilidade e cooperação estruturada.

O modelo introduzido em 2016, embora tenha procurado valorizar a diminuição territorial, gerou fragilidades que se tornaram cada vez mais evidentes na prática deste modelo, que é único entre os portos nacionais. Houve situações de ambiguidade de funções, sobreposição de competências, diluição de responsabilidades, com impacto na eficácia da gestão.

Paradoxalmente, este modelo pouco claro tão-pouco fortalece a cooperação porto-cidade, pois tende a criar zonas cinzentas e expectativas desencontradas.

Em suma, o modelo de 2016 criou riscos que um Estado responsável não pode ignorar: integrou um representante na administração portuária indicado por entidades com interesses diretos, a deliberar sobre decisões executivas do porto potencialmente conflitantes. Isso gerou, obviamente, fragilidades estruturais, como o risco de conflitos de interesse, de dupla lealdade e a ausência de mecanismos suficientemente claros de mitigação.

Se dúvidas houvera sobre estas fragilidades, convido-vos a escutar o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, que escreveu: «No que toca à relação porto-cidade, e subscrevendo inteiramente que os portos devem promover uma relação continuada de cooperação com as cidades e as regiões, entendemos que não é com um vogal do conselho de administração de uma administração portuária indicado pela autarquia que melhor se atinge este objetivo.» Repito, são palavras de um sindicato.

De facto, as fragilidades são tantas, que nenhum outro Governo pensou em estender esta solução a outros portos, nem mesmo àqueles que têm áreas metropolitanas semelhantes.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas**: — Assim, o que este Governo tencionou fazer com a aprovação deste decreto-lei não foi retirar democracia, mas sim proteger a boa governação, reforçando a democracia, que só se garante com responsabilidades claras, transparentes, e com prestação de contas.

Neste contexto, este diploma, de facto, estabelece três grandes movimentos: define o que é gestão executiva e participação estratégica e territorial; retoma o modelo de cooperação porto-cidade mais

institucional, tornando-o, em estreita ligação com a nossa estratégia Portos 5 +, estruturado, previsível e eficaz; e alinha o modelo com princípios reconhecidos de boa governação pública e empresarial.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os portos não estão a viver um tempo de rotina; vivem um tempo de transformação profunda, transição energética, digitalização, automação, resiliência logística, concorrência internacional, necessidades de investimento. Neste contexto, um modelo institucional com zonas cinzentas cobra um preço elevado: atrasos, perda de competitividade. Portanto, precisamos de capacidade de execução e menos ambiguidade. Esta é a nossa resposta.

Quero também responder clara e diretamente a esta interpelação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: o Governo não retira papéis; o Governo organiza papéis. Este diploma não diminui o papel do território, não afasta os municípios da vida do porto. Este diploma organiza esse papel, para que ele seja efetivo e produza resultados, porque a participação sem método pode transformar-se em bloqueio, e o bloqueio não serve nem o porto, nem a cidade, nem a área metropolitana e muito menos o nosso País.

A reforma aqui em discussão não afasta os portos dos municípios, o que estaria totalmente desalinhado com a nossa estratégia Portos 5 +. Deixem-me, aliás, ser muito claro neste propósito: se o Governo quisesse afastar os municípios, não estaria a conduzir o maior processo de sempre de transferência de competências e gestão dominiais, de norte a sul. Em Lisboa, Almada, Setúbal, Faro, Gaia, Porto, entre outras, vamos transferir áreas sem função portuária, ordenar frentes ribeirinhas e criar valor urbano partilhado.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, termino com três mensagens. Em primeiro lugar, não deixando de partilhar a surpresa sobre este tema aqui em discussão, o Governo respeita plenamente o escrutínio parlamentar e está disponível para debater, esclarecer e aperfeiçoar o que for necessário, com base em factos, resultados e interesse público.

Em segundo lugar, este diploma não é contra ninguém; é a favor de um sistema portuário mais claro, mais eficiente, mais transparente, mais cooperativo.

E, em terceiro lugar, se queremos portos competitivos, cidades integradas e investimento mobilizado, então, precisamos de uma arquitetura institucional que não se confunda a si própria. Precisamos de clareza, responsabilização e cooperação, e é isto que este decreto-lei assegura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Começo por agradecer ao Partido Socialista esta apreciação parlamentar, porque a temática é realmente importante.

Aquilo que está em causa, contrariamente àquilo que o Sr. Secretário de Estado acabou de dizer, é uma efetiva retirada de poder, retirada de voz, retirada até de autonomia e de autoridade aos municípios, naquilo que diz respeito à sua ligação com o porto.

Isto, na verdade, está em linha com aquilo que tem sido a política do Governo. O Sr. Primeiro-Ministro diz que a regionalização não vai avançar com o seu Governo, mas, em paralelo, reconhece a importância de ter um poder regional mais próximo das pessoas. Contudo, aquilo que faz é o oposto: é decidir vice-presidências das CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional) a nível central, o mesmo que agora quer fazer com os portos, retirando esse poder das autarquias e passando-o para estas sociedades anónimas, onde estas pessoas passam a ser nomeadas pelo Governo.

Não é disto que precisamos. Não é certamente disto que precisamos na relação dos nossos portos com as cidades, neste caso, com estas três cidades, que têm conseguido, ao longo destes 10 anos, abrir-se mais ao porto e, em paralelo, abrir o seu porto também à cidade.

É isso que está em causa, e não apenas esta visão economicista do porto e, como o Sr. Secretário de Estado dizia agora, a capacidade de execução. Uma capacidade de execução que retira voz às autarquias e que retira voz aos autarcas legitimamente eleitos não é capacidade de execução; é um desserviço que se faz à democracia, em particular à democracia local. Em relação a isso, não contam certamente com o apoio do Livre.

Aquilo que está aqui em causa — e é isso que também será levado a votos com o projeto de resolução do Partido Socialista, que nós iremos acompanhar — é que modelo de proximidade, que modelo de democracia é que queremos. Da nossa parte, queremos uma democracia mais regionalista, mais municipalista, mais próxima dos centros de poder e dos eleitos locais. Aquilo que este decreto vem fazer é todo o oposto e, nesse sentido, contará com a nossa oposição.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta apreciação parlamentar proposta pelo Partido Socialista, que pretende reconfigurar os portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, não pode ser confundida — parece-me que é isso que está a acontecer neste Plenário — com a Lei n.º 50/2018, que define as competências que os municípios devem ter no domínio das áreas marítimo-portuárias e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.

A transferência de competências destas zonas deve ser reforçada para combater o abandono — que, aliás, é o que se vê há décadas, não é de agora — a que aquelas zonas ribeirinhas parecem estar condenadas, de modo a que os municípios possam, de facto, fazer ali cidade, tendo em conta as suas estratégias locais, o que é diferente das administrações...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É mas é ligar!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Deputado, deixe-me terminar. Como dizia, é diferente das administrações portuárias,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Claro!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora aí está!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — ... que é aquilo que estamos a debater aqui hoje.

As administrações portuárias devem ser responsabilizadas pelos seus atos de gestão e devem, naturalmente, ter a colaboração dos municípios, que é aquilo que a lei atual prevê, como órgão consultivo, de modo a conciliar, naturalmente, os interesses e as realidades locais. Acho que, aí, estamos de acordo.

Agora, a eficácia executiva do tráfego marítimo de mercadorias e de passageiros cabe à administração do porto, aliás, tal como acontece com os outros portos marítimos, como Leixões.

Porque é que Lisboa deveria ter uma chancela diferente daquela de Leixões?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora aí está! Uma boa pergunta!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Não percebo porquê!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora! A tocar no ponto!

Protestos do PS e contraprotestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — As áreas urbanas de desenvolvimento...

Continuação de protestos do PS e contraprotestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O que diz o PSD de Matosinhos?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Srs. Deputados! Os Srs. Deputados têm, ainda por cima, responsabilidades na direção da bancada! Deixem a Sr.^a Deputada acabar a sua intervenção.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Nós até estamos a ajudar a Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, as áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária cabem ao governo da cidade e, relativamente a isso, estamos de acordo.

Portanto, não há afastamento de autarcas. Esse discurso que o Livre acabou de dizer não é verdade, porque não há nenhum afastamento dos autarcas.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — É um espaço público!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Os autarcas participam, juntamente com o Governo, para fazer esta transferência de territórios para os municípios.

A Iniciativa Liberal, relativamente a esta clarificação de competências, considera-a totalmente adequada. Os portos, quando são muito próximos geograficamente, como é o caso, beneficiam em ter uma gestão integrada, que permita retirar o maior proveito e benefício para, assim, competir com outros portos europeus. Portanto, do nosso ponto de vista, a revisão desta lei seria um erro.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Acompanho e apoio esta iniciativa, porque ela toca num ponto essencial da nossa democracia, que é o respeito pelo poder local e pela participação das comunidades nas decisões que moldam o nosso território.

Na verdade, o Decreto-Lei n.º 119/2025 representa um passo atrás, afasta os municípios da governação portuária, transforma a participação democrática num mero exercício decorativo e reforça uma lógica centralista que já provou, vezes sem conta, ser ineficaz e desligada da realidade do nosso território.

Desde 2016, ficou claro que a articulação entre portos e municípios não é um problema, é parte da solução. É a proximidade que permite soluções equilibradas, menos conflitualidade, menos planeamento e maior aceitação pública. Ignorar esta evidência é governar contra factos e contra as populações.

Por isso, saudamos esta apreciação parlamentar e defendemos uma governação portuária partilhada, próxima das pessoas, respeitadora do poder local e verdadeiramente ao serviço do interesse público.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PS veio pedir a apreciação parlamentar de um decreto-lei do Governo que reconfigurou e fundiu as administrações dos portos de Lisboa, de Setúbal e de Sesimbra.

É importante começar, neste debate, por referir que o Governo procedeu, e bem, à revisão do modelo de gestão dos portos, precisamente com o objetivo de passar a haver uma gestão mais integrada, mais técnica e menos política desses mesmos portos,...

Risos do Deputado do PS André Pinotes Batista.

... criando, dessa forma, condições para que os portos portugueses possam competir de uma forma mais eficiente e mais eficaz com os outros portos do resto da Europa.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Exatamente!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, esta é uma medida reformista e com uma forte finalidade estratégica. Foi a competitividade dos portos nacionais que prevaleceu nesta decisão.

Infelizmente, não me parece que seja essa a intenção do PS com esta apreciação parlamentar. Desde logo, não deixa de ser estranho que, após uma forte contestação à iniciativa do Governo quando toma a forma de autorização legislativa, agora o PS tente governar a partir do Parlamento,...

Protestos do PS, da Deputada do L Isabel Mendes Lopes e do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

... precisamente numa matéria que é da competência própria do Governo.

Depois, o PS tenta fundamentar esta iniciativa com o facto de não se incluir os municípios na administração dos portos, chegando mesmo a dizer que a não inclusão dos municípios na administração dos portos retiraria legitimidade democrática ao Governo para proceder às nomeações.

Pergunto: tem ou não tem o Governo, para o Partido Socialista, legitimidade democrática para fazer estas nomeações? Claro que tem!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Então, assumam que é isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Esta é ou não é uma competência própria do Governo? Claro que é! E os municípios deixam de poder colaborar e participar nas administrações dos portos, por não fazerem parte da administração? Claro que não! Claro que continuam a poder fazer parte!

Por isso, Srs. Deputados, a intenção escondida do PS...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Não é escondida!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... nesta apreciação parlamentar é outra: é impedir que os *boys* do PS percam os cargos, percam os *jobs*, nestes portos em particular. É tão simples quanto isso, Srs. Deputados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! Isso é evidente!

Protestos do PS.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Quero-vos dizer, de uma forma muito clara, que não contam com o CDS para estas manobras do PS que visam nomeações de administradores e impedir a eliminação de cargos dirigentes nestes portos.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — O PSD é a favor disto!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Já agora, Srs. Deputados, deixo um apelo ao PS, para que reveja urgentemente as suas prioridades parlamentares, porque é penoso ver o terceiro maior partido português a agendar medidas neste Parlamento que visam exclusivamente impedir a eliminação de cargos dirigentes. Pensem menos nos *boys*, pensem menos nos *jobs* e pensem mais no País.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: O PAN acompanha esta apreciação parlamentar, pois parece-nos, de facto, que mais do que estarmos aqui a falar de nomeações, até porque não devemos esgotar este debate nessa matéria, seria importante que o Governo resolvesse, por exemplo, o problema dos trabalhadores, o que não aconteceu. Aliás, é um problema que se arrasta há anos, com greves sucessivas, com riscos que existem nos portos, nomeadamente na segurança dos trabalhadores e nas condições em que são forçados a trabalhar. Mas isso não aconteceu.

Por outro lado, vêm de costas voltadas para os interesses das cidades. Nós compreendemos que autarcas que não pertencem à cidade que governam, ou até mesmo governantes que, na sua vida autárquica, não se pautaram pela proximidade, tenham alguma dificuldade em perceber que, de facto, deve existir uma ligação entre a cidade e o porto, o que, efetivamente, até delinea, de alguma forma, a sua fronteira, e os seus interesses podem ser, de alguma forma, contrários aos interesses da cidade.

Os Srs. Deputados do PSD têm falado muito hoje no Porto de Leixões, mas nós não estamos a falar desse porto, estamos a falar concretamente de Lisboa, de Setúbal e de Sesimbra. Se calhar, aquilo em que temos de pensar é se, a nível nacional, estamos ou não a prosseguir os interesses das populações, quando temos governações fechadas, opacas e estanques, que não defendem os interesses das cidades.

Por isso, o PAN acompanha esta apreciação parlamentar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Se o caminho apontado pelo decreto-lei em apreciação não é positivo, a prioridade, na nossa opinião, deve ser o investimento na beneficiação e modernização das infraestruturas portuárias e não as mexidas na estrutura das respetivas administrações.

O PS e o PSD, que repartiram entre si, numa negociata, a governação das CCDR, que convergem há décadas nas opções políticas para o setor portuário, encontraram na gestão portuária um assunto para assinalar uma discordância: as presenças nos conselhos de administração.

O PS, no Governo, com a firme oposição do PCP, avançou com a concentração do domínio privado e do poder dos grupos nacionais e multinacionais no setor portuário. O PS não tem qualquer dificuldade em alinhar com as opções políticas do PSD/CDS nesta área, pelo contrário, a visão estratégica que surge nesta política foi, e é, a de privatização da gestão e da riqueza criada nos portos nacionais, a de entrega aos interesses privados de áreas cada vez mais importantes deste setor, com prazos de concessão cada vez mais prolongados, com garantias e blindagens autênticas para lucros e mais-valias apropriadas.

Esse caminho, que há muito vem sendo seguido, de progressiva alienação da atividade portuária tem levado a uma maior precariedade laboral e à progressiva menorização dos espaços portuários dedicados às atividades tradicionais, a favor de outras atividades, nomeadamente o turismo.

A título de exemplo, importa referenciar projetos e investimentos como o do porto de pesca na Trafaria, sucessivamente considerados necessários, mas que continuam por realizar, apesar de já terem sido aprovados no passado esses investimentos na Lei do Orçamento do Estado, ou, então, as obras que são necessárias e há muito reivindicadas pelos pescadores dos portos de Sesimbra e de Setúbal, que continuam por concluir.

Para o PCP, o que se exigia no que diz respeito a estes portos era a sua articulação funcional, sem perda de autonomia de gestão, um maior aprofundamento da sua relação com as comunidades locais e a sua harmoniosa inserção num plano de ordenamento do território para a região, que tarda em ser aprovado. Este objetivo devia ser sempre salvaguardado, independentemente das composições dos conselhos de administração das administrações portuárias. Todavia, o que se verifica, mais uma vez, é a configuração e a atuação dos Governos e das administrações das empresas públicas como se fossem conselhos de gestão e de negócios do poder económico.

O PCP considera inaceitável a política que afasta e ignora as necessidades das populações, das comunidades e dos territórios face à gestão dos portos nacionais, submetendo-se sempre o interesse

nacional, a soberania do País e o desenvolvimento das regiões aos interesses privados dos grupos económicos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Covelinhas Lopes, do PSD.

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O decreto-lei que nos traz aqui hoje não é um passo atrás, é antes um passo de coerência e de responsabilidade na governação do sistema portuário nacional.

Ao reconfigurar as administrações dos portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, o Governo está apenas a alinhar estes portos com o modelo que vigora, sem contestação até à data, em Leixões, Aveiro, Sines, Figueira da Foz, Faro, Portimão ou Madeira, onde não existe qualquer assento indicado por algum executivo municipal nos conselhos de administração.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — O Partido Socialista apresenta esta alteração como um retrocesso democrático e como um afastamento dos municípios dos processos de decisão.

Convém lembrar um facto simples: no Porto, de onde eu venho, de onde é o líder do Partido Socialista e o Deputado Jorge Pinto, que falava há pouco, não há nenhuma indicação pela Área Metropolitana do Porto para o Porto de Leixões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Aliás, nos últimos 12 anos, a Área Metropolitana do Porto, que foi governada pelo Partido Socialista, não sentiu a necessidade de ocupar uma cadeira na Administração do Porto de Leixões, derrotando assim a argumentação e a extrema necessidade que o PS proclama na ligação entre autarquias e a gestão local, que, diga-se, estranhamente, não pede para o País todo.

Vozes do PSD: — Ora!...

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Ao contrário do que o Partido Socialista sugere, o diploma não marginaliza o território nem transforma os municípios em simples figurantes; o que faz é separar com clareza a esfera executiva da esfera da participação institucional e territorial, o que deve ocorrer entre instâncias consultivas, em instrumentos de ordenamento, pareceres e licenciamento, onde o poder municipal é, em muitos casos, determinante.

Basta ver que grandes projetos portuários continuam dependentes de pareceres municipais, como se viu recentemente em Matosinhos, para perceber que a influência efetiva das autarquias não desaparece com esta lei.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Nem de propósito, há dois dias, esta Câmara socialista deu um parecer negativo ao novo Plano Estratégico da Administração do Porto de Leixões, apresentado ontem, e há um dia, ontem mesmo, o Ministro da tutela adiantou soluções para dirimir as questões da Câmara Municipal de Matosinhos. Trata-se de um exemplo perfeito de que a cadeira na administração, pela qual o PS tanto anseia para que os municípios tenham tanta influência, afinal, não é necessária.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — O PS também procura sustentar que a exclusão de representantes executivos municipais é contrária às boas práticas internacionais, o que, simplesmente, não é verdade, e o que o Governo faz aqui é aproximar Portugal do padrão europeu e não isolá-lo.

A acusação de centralismo, que se pode ver no pedido de apreciação parlamentar, tenta transformar um ajuste técnico de governação numa disputa ideológica. Mas portos como o de Lisboa, Setúbal e Sesimbra são infraestruturas estratégicas para toda a economia nacional e não podem ser palco de conflito permanente entre visões paroquiais e prioridades operacionais.

Dois pontos: uma estratégia, uma economia. Não será difícil de perceber! Por isso, defendemos com convicção esta alteração à lei, porque clarifica responsabilidades, reforça a eficiência, mantém e valoriza os espaços próprios de intervenção municipal e devolve ao sistema portuário nacional a coerência que o PS decidiu, sozinho, em 2016, pôr em causa.

Protestos do PS.

Acresce que a incoerência do Partido Socialista é gritante, uma vez que defende uma solução diferente apenas para a grande Lisboa, apenas para a Área Metropolitana de Lisboa, sem qualquer respeito pelas autarquias do restante País, segundo a lógica que os próprios defendem.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, para o Partido Socialista, o poder local e as instituições públicas devem ter formas de relacionamento na grande Lisboa diferentes, veja-se, do que em todo o restante País, porque o caso é único. Ficamos esclarecidos.

No concelho e na área metropolitana em que resido, a do Porto, pelo menos da nossa parte, agradecemos ao Governo a reposição da coerência que o PS decidiu enviar por longos 10 anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje ouvimos o Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado André Pinotes Batista, e ficámos com a sensação de que estamos perante uma tragédia institucional, que o poder local foi expulso da democracia, que foi atacado, e que o País entrou numa espécie de ditadura portuária.

Mas sejamos honestos: o que o PS lamenta não é a perda de participação, é a perda de tentáculos,...

Aplausos do CH.

... porque o PS não governa portos, o PS instala-se neles como um polvo bem alimentado, com tentáculos em conselhos de administração, comissões, observatórios e cargos técnicos, com currículos partidários em anexo.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — E quando alguém tenta mexer no aquário, o polvo fica nervoso.

Agora, Sr.^{as} e Srs. Deputados, convém também dizer isto com clareza: o Governo anuncia uma reforma, mas fica-se por uma reforma tímida, envergonhada e de meia distância.

O Decreto-Lei n.º 119/2025 corta alguns tentáculos, é verdade, mas não corta o sistema; centraliza decisões, mas não impõe metas; muda a arquitetura, mas não muda os critérios; afasta municípios, mas

mantém a lógica das nomeações políticas. Ou seja, o polvo perde um braço, mas continua no aquário a controlar o resto com os outros sete.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — O Governo deveria era fazer uma verdadeira reforma da gestão portuária.

Sr. Presidente, se este diploma fosse realmente reformista, faria perguntas incómodas, como, por exemplo: quantos TEU (*twenty-foot equivalent units*) tem de crescer cada porto? Que administradores que falham são substituídos? Que contratos são avaliados por desempenho? Que portos deixam de ser palco de *jobs for the boys*? Nada disto está no diploma e os números continuam a denunciar o sistema.

Em Portugal, movimenta-se cerca de 3,3 milhões de contentores; Espanha ultrapassa-nos com 18 milhões; Valência, sozinha, fica a mais de 6 milhões; Algeciras, a mais de 5 milhões. Nós temos potencial atlântico e eles têm resultados.

O PS defende o polvo, o Governo finge que o enfrenta e o País continua a pagar o aquário.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — O Chega diz o que os outros não dizem: ou se faz uma reforma a sério, com critérios, metas e responsabilização, ou continuaremos a mudar de cadeiras, enquanto o polvo continua sentado à mesa.

Menos tentáculos, menos *jobs for the boys*, mais portos a funcionar como motores económicos. É só isso.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos à fase de encerramento, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado André Pinotes Batista.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me, antes de mais, que me dirija ao CDS para lhe dizer que o poder local democrático nunca será um assunto não prioritário para nós, e até estranhámos que o líder de uma bancada com dois Deputados, em que um foi, recentemente, candidato a uma câmara municipal, venha aqui pôr em causa essa legitimidade. Os autarcas serão sempre uma prioridade para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É importante sinalizar o seguinte: a Sr.^a Deputada Angélique apresentou aqui um diagnóstico que tem razão de ser, mas nós apelamos a que perceba que não há nenhum equívoco da nossa parte, porque, se o enquadramento jurídico habilitante que citou é o que é importante, a verdade é que também existem instrumentos para que as câmaras municipais possam ter as suas vozes.

Sr.^a Deputada, compreendo a sua intervenção, mas, se fosse presidente de uma câmara municipal, era a este administrador que a Sr.^a Deputada iria ligar. Portanto, não é confusão de conceitos. Os seus conceitos estão corretos e este conceito de haver uma voz reforçada, com uma legitimidade reforçada, também o é.

Aqui, dirijo-me ao Chega, para vos perguntar: como é que se deixaram enganar pelo PSD nisto?

Protestos do CH.

Não percebem que o debate que aqui estamos a ter é um debate encomendado por Miguel Pinto Luz para tratar justamente do polvo?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — O quê?!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas há questões sérias que aqui estão e nós temos de fazer uma reflexão sobre uma coisa. Deputados do Chega, percebam que, se quiséssemos ter negociado com um ministro que não estava preocupado com o que é essencial, mas apenas com lugares, este debate não estava a decorrer. O problema é que temos um Sr. Ministro que prefere alterar uma lei para acomodar pessoas suas.

Aplausos do PS.

Autarcas do PSD, autarcas do PS, autarcas da CDU, autarcas do Chega — e eu tenho gosto em fazer uma intervenção que é suprapartidária —,...

Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.

... ouçam o seguinte: saiam desta Casa e vão falar com os autarcas do PSD. Perguntem ao Presidente Carlos Moedas o que é que ele acha sobre isto. Perguntem aos presidentes de Cascais, de Sintra, do Barreiro, de Almada. Vão falar com os autarcas e perguntem-lhes.

Já agora, queria chamar a atenção para o seguinte: o óbvio está em crise e, às vezes, é preciso chamar a atenção do Governo para o óbvio. Havia cinco membros no conselho de administração, continua a haver cinco membros no conselho de administração,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quatro!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... e a única coisa que se perdeu foi a voz das autarquias.

Aplausos do PS.

Houve um processo em tribunal, que foi colocado pelo Presidente da AML, que foi votado por unanimidade.

Protestos do CH.

Srs. Deputados do PSD, deve ser penoso as chamadas que vão receber brevemente dos vossos autarcas, que votaram todos por unanimidade. Este lugar é designado pela maioria das câmaras municipais, não é designado pelos partidos; são os presidentes de câmara que o fazem.

Os portos — e esta é a ideia essencial para encerrar este debate —, por estranho que possa parecer, não têm apenas serviços portuários, há muito serviço de cidade que ali está. Confundir Sines, que fica no distrito de Setúbal, ou Leixões com os portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra é desonesto, é não compreender o que é o espaço do porto.

Aplausos do PS.

O Governo disse aqui uma coisa que é gravíssima: disse que afastar os autarcas traz maior transparência. Sr. Secretário de Estado, vá reouvir aquilo que disse aqui. É uma vergonha que o tenha dito. Que fique registado que o Sr. Secretário de Estado entendeu que, para ter um modelo de maior governança, maior transparência, era afastando os autarcas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Alexandre Poço pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sobre?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sobre a condução dos trabalhos e a ordem do dia, porque ouvimos, mais do que uma vez, o Sr. Deputado André Pinotes Batista dizer que este debate foi agendado pelo Sr. Ministro das Infraestruturas Miguel Pinto Luz.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não, deixe-me só concluir, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem toda a razão, foi agendado pelo Partido Socialista. Tem toda a razão.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Imagine, quem está a ver este debate em casa não consegue perceber que foi apresentado e agendado pelo Partido Socialista por uma única e exclusiva preocupação de empregos partidários.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Disse várias vezes!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado. A parte final já saiu fora do critério de interpelação à Mesa.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É ofensivo, mas a gente perdoa!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, muito obrigado. Agora é a vez do Governo, que eu acho que consegue defender-se, por si.

Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, tem a palavra.

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, confesso que fico um bocadinho espantado com esta discussão. Não há Governo que tenha dialogado mais com autarcas sobre portos do que nós, Sr. Deputado.

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não há Governo que tenha dialogado mais, não há Governo que queira mais cooperação. Só que não é só com os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa. É com os municípios da Área Metropolitana do Porto, é com Sines, é com Faro, é com Portimão, é com Viana do Castelo, é com Figueira da Foz, é com Aveiro. É com todos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Queria também responder ou interpelar o Chega neste sentido: de facto, têm razão, é preciso fazer muito mais pelos portos nacionais.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Ah! Como é que é possível!

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas**: — Não havia um plano e não houve um plano nestes últimos 10 anos, nestes últimos 15 anos, sobre os portos nacionais. O plano que existiu resultou numa queda do volume de carga transportada nos portos nacionais. Portanto, têm razão, precisávamos desse plano. Não foi certamente por termos vogais nomeados para uma área metropolitana que ajudou a crescer o porto de Lisboa. Nós temos um plano, esse plano tem 4 mil milhões de investimentos, está em execução e, obviamente, vamos continuar a fazê-lo.

Enfim, isto é uma apreciação parlamentar. Não vou comentar aquilo que foi o processo de tentativa de nomeação de um membro da Área Metropolitana de Lisboa a dois meses das eleições autárquicas,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ora!

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas:** — ... mas vou obviamente comentar que, de facto, este é um decreto-lei que vai reforçar a clareza institucional, a boa governação, como disse a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, e que distingue claramente as funções executivas de representação territorial. É um decreto-lei que irmana os modelos de Governo dos vários portos e corrige um erro de 2016 até reconhecido pelos próprios sindicatos das administrações portuárias. Com esta aprovação, de facto, temos uma reforma que garante que vamos ter um sistema mais forte, mais eficiente, mais cooperativo, portanto, entendemos que contribui para a simplificação, para a responsabilização e, acima de tudo, para a transparência de quem está a decidir nas administrações portuárias.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos, assim, ao fim dos nossos trabalhos de hoje. A Assembleia volta a reunir amanhã, às 15 horas, para declarações políticas. Muito boa noite, Srs. Deputados, e até amanhã.

Eram 18 horas e 32 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.